



CENTRO DE HUMANIDADES  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA  
Licenciatura Plena em Geografia

**Linha de Pesquisa**

Transformações econômicas e processos de urbanização

MARIA ELIALDA EVARISTO

**PROCESSO DE URBANIZAÇÃO NA CIDADE DE  
SÃO JOSÉ DO CAMPESTRE-RN**

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dra. Luciene Vieira de Arruda

Guarabira-PB  
2011

MARIA ELIALDA EVARISTO

**PROCESSO DE URBANIZAÇÃO NA CIDADE DE  
SÃO JOSÉ DO CAMPESTRE-RN**

Monografia apresentada ao Departamento de Geografia da UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA-UEPB-CAMPUS III, como requisito para conclusão do curso de Licenciatura Plena em Geografia, orientado pela Professora Dra. Luciene Vieira de Arruda.

Guarabira- PB  
2011

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA SETORIAL DE  
GUARABIRA/UEPB

E92p

EVARISTO, Maria Elialda

Processo de Urbanização na cidade de São José do  
Campestre-RN / Maria Elialda Evaristo. – Guarabira:  
UEPB, 2011.

54f.: Il. Color.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em  
Geografia) – Universidade Estadual da Paraíba.

“Orientação Prof. Dr. Luciene Vieira de Arruda.”

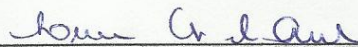
1. Preservação Ambiental      2. Urbanização  
3. Planejamento Urbano      I. Título.

22.ed. CDD 333.72

MARIA ELIALDA EVARISTO

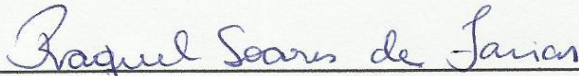
**PROCESSO DE URBANIZAÇÃO NA CIDADE DE SÃO JOSÉ  
DO CAMPESTRE-RN**

COMISSÃO EXAMINADORA



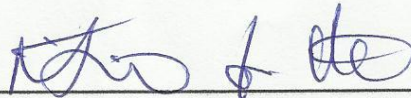
---

Prof<sup>ª</sup>. Dra. Luciene V. de Arruda (Presidente – Orientadora)  
Universidade Estadual da Paraíba



---

Prof<sup>ª</sup>. Esp. Raquel Soares de Farias Universidade Estadual da Paraíba



---

Prof. Esp. Emiliano de Melo

Aprovada em 24 de 12 de 2011.

Guarabira-PB  
2011

“Dedico este trabalho à Deus que mim proporcionou a vida, e a oportunidade de com ela fazer muito, a cada dia aprendendo um pouco, através dos seus ensinamentos, fonte de sabedoria, e aos meus pais minha vida”.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço à Deus que é fonte de sabedoria, força, e luz que guia os meus caminhos.

À meus pais Antônio Evaristo Neto e Maria da Luz Pereira Evaristo, que através da simplicidade no modo de viver mim passa muitos ensinamentos.

À todos os meus professores desde os da infância até o presente momento, em especial aos do departamento de Geografia da UEPB que repassaram conhecimentos necessários à minha formação acadêmica.

À banca examinadora em especial à minha orientadora Prof. Dra. Luciene Vieira de Arruda pelo carinho, paciência, respeito, um exemplo à ser seguido pela dedicação e compromisso à ciência geográfica.

À todos os meus amigos presentes em nos momentos de dificuldades e alegrias, em especial Daionara e Luiz Antônio, pela presença e força constantes.

À todos os meus amigos da turma 2008.1 sem exceções, dos quais posso citar Jean, Antoniel, Gorete e minhas colegas de orientação Geisa, Edicleide, Júlia e em especial Luiza (que esteve durante todos os momentos do curso presente, posso dizer uma amiga que ganhei, amizade que espero levar por toda a vida).

À prefeitura municipal de São José do Campestre-RN, por conceder transporte durante todo o período do curso.

À todas as pessoas, e instituições que mim concederam, entrevistas, documentos e informações em especial ao Sr. Francisco Agenor Ribeiro, e ao professor José Carlos Matias.

À agência do IBGE da cidade de Natal-RN, pelas informações concedidas.

“Cidades resultam de aglomerações humanas. Elas não devem ser entendidas como organismos autônomos, como fizeram os urbanistas do século XX. Nem podem ser vistas apenas como um complexo sistema de técnicas que permitem construir vias edifícios. Elas contém vidas humanas, entre outras.”

Wagner Costa Ribeiro

043 – Licenciatura Plena em Geografia

**Título: PROCESSO DE URBANIZAÇÃO NA CIDADE DE SÃO JOSÉ DO CAMPESTRE-RN**

Linha de Pesquisa: Transformações econômicas e processos de urbanização

Autora: Maria Elialda Evaristo

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dra. Luciene Vieira de Arruda

Banca Examinadora: Prof<sup>a</sup>. Esp. Raquel Soares de Farias

Prof. Esp. Emiliano de Melo

**RESUMO**

Conhecer os fatores que levaram ao processo de urbanização das sociedades, entender os aspectos da transformação urbana e o dinamismo que ela proporciona é de fundamental importância para um futuro planejamento e expansão da sociedade, hoje concentrada em sua maior parte, nas áreas urbanas. Dessa forma a presente pesquisa tem como objetivo, enfatizar e identificar os elementos que contribuíram para a formação do espaço urbano de São José do Campestre (SJC) - RN. O método empregado na pesquisa constituiu de revisão bibliográfica, agregada à uma investigação minuciosa, por meio de visitas de campo e entrevistas à antigos moradores e ex-políticos da cidade, levantamento de dados obtidos através do IBGE, Prefeitura Municipal de SJC, e outras instituições. Através dos resultados obtidos constatou-se que a cidade passa por um processo acelerado de êxodo rural, devido aos problemas internos da agricultura como efeitos climáticos da seca e falta de incentivo agrícola, sendo o fator de maior relevância para o lento crescimento populacional a mobilidade da população por falta de emprego. Ainda observam-se vários problemas ambientais decorrentes de uma urbanização sem planejamento prévio, como a falta de saneamento básico, e construções irregulares em áreas de risco e de preservação ambiental. O estudo apresenta a sua contribuição para induzir à criação de um planejamento urbano adequado que vise melhorar a qualidade de vida da população da cidade, pensando as necessidades socioeconômicas e ambientais do município.

**Palavras-chave:** Urbanização, Planejamento Urbano e Preservação Ambiental.



## LISTA DE FIGURAS

<b>FIGURA 1</b> Localização Geográfica do Município de São José do Campestre no RN.....	21
<b>FIGURA 2</b> Mapa Geológico de São José do Campestre-RN.....	22
<b>FIGURA 3</b> Expansão da malha urbana do município de São José do Campestre–RN em 2011.....	40

## LISTA DE FOTOS

<b>FOTOS 1 e 2</b> Visão aérea de São José do Campestre – RN em 2011.....	25
<b>FOTOS 3 e 4</b> Primeiro templo católico (capela) e a primeira rua (Rua José Antônio antiga Rua dos Alpendres) de São José do Campestre-RN..	26
<b>FOTOS 5 e 6:</b> Fachada do primeiro Hotel e Feira Livre de São José do Campestre-RN.....	27
<b>FOTOS 7 e 8</b> Igreja Matriz, Paróquia de São José – São José do Campestre-RN.....	28
<b>FOTOS 9 e 10</b> Local onde existia o açude sombras grandes e Lavanderia pública situada nas imediações do açude em São José do Campestre-RN	30
<b>FOTOS 11 e 12</b> Mercado público municipal e Hospital Maternidade Maria Vicência de Souza de São José do Campestre-RN.....	33
<b>FOTOS 13 e 14</b> Avenida Getúlio Vargas e Praça São José de São José do Campestre-RN.....	34
<b>FOTOS 15 e 16</b> Agência do Banco do Brasil e Cooperativa de produção artesanal de São José do Campestre-RN.....	36
<b>FOTOS 17 e 18</b> Biblioteca Municipal Padre Geraldo de Almeida e Hospital Maternidade Maria Vicência de Souza Reformados de São José do Campestre-RN.....	39
<b>FOTOS 19 e 20</b> Galeria do bairro dos Tanques, que recebe resíduos das residências e deságua no rio Jacu em São José do Campestre-RN.....	45
<b>FOTOS 21 e 22</b> Loteamento Dois Mil, crescimento irregular nas imediações do rio Jacu de São José do Campestre-RN.....	47

## **LISTA DE QUADROS**

<b>Quadro 1</b> Evolução da Gestão Municipal de São José do Campestre/RN e Suas Principais Obras.....	32
---	----

## **LISTA DE TABELAS**

<b>TABELA 1:</b> População urbana e rural de São José do Campestre-RN 1950 à 2010.....	41
<b>TABELA 2</b> Densidade Demográfica de São José do Campestre-RN, 1950 à 2010.....	42

## **LISTA DE GRÁFICOS**

<b>GRÁFICOS 1 e 2</b> Quais fatores levaram a diminuição da população da zona rural do município de São José do Campestre-RN? O que influenciou o lento crescimento da população em nosso município?.....	43
---	----

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

**ABNT** – Associação Brasileira de Normas e Técnicas

**CAERN** – Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte

**CEO** – Centro de Especialidades Odontológicas

**CPRM** – Serviço Geológico do Brasil

**CRAS** – Centro de Referência da Assistência Social

**CRUTAC** – Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária

**DNOCS** – Departamento Nacional de Obras Contra a Seca

**FNUAP** – Fundo de População das Nações Unidas.

**IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**NASF** – Núcleo de Apoio à Saúde da Família

**ONU** – Organização das Nações Unidas

**PSD** – Partido Social Democrático

**RN** – Rio Grande do Norte

**SJC** – São José do Campestre

**TSE** – Tribunal Superior Eleitoral

**UEPB** – Universidade Estadual da Paraíba

**UFRN** – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>2 REVISÃO DE LITERATURA</b> .....	14
2.1 Formação das cidades .....	14
2.2 Formação das cidades brasileiras .....	16
2.3 Êxodo rural e a pressão sobre as cidades .....	19
2.4 O município de São José do Campestre – Localização e caracterização geoambiental .....	20
<b>3 MATERIAIS E MÉTODOS</b> .....	23
<b>4 RESULTADOS E DISCUSSÕES</b> .....	24
4.1 São José do Campestre: A Formação do Espaço Urbano .....	24
4.2 A Criação e Expansão Urbana do Município de São José do Campestre: Suas Administrações e Obras Realizadas .....	31
4.3 Processos de Mobilidade Populacional: migrações rurais - urbanas de São José do Campestre .....	40
4.4 Atividades antrópicas oriundas do processo de urbanização e os problemas ambientais em São José do Campestre.....	43
4.5 O planejamento urbano como sugestão para o desenvolvimento social, econômico e ambiental de São José do Campestre.....	46
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	49
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	51
<b>APÊNDICE</b> .....	53
<b>ANEXO</b> .....	54

## INTRODUÇÃO

Segundo Castriota (2003) a urbanização é um processo de transferência de populações das áreas rurais para as cidades. Esse processo tem como agente principal o fenômeno do êxodo rural, onde populações que antes residiam em áreas rurais migram para as cidades em busca de novas perspectivas de vida. Em sua maioria esse fenômeno acontece quando o campo já não mais atende as necessidades desses povos, por outro lado a cidade proporciona inovações tecnológicas e atrai este tipo de migração.

O crescimento urbano é um dos grandes problemas mundiais. Este fenômeno ocorreu paralelo à industrialização, e agora está presente em boa parte dos países pobres, independente do grau de industrialização. As cidades começaram a crescer de forma desordenada, grande parte sem nenhum tipo de planejamento, o que contribuiu para gerar grandes problemas urbanos (SILVA, 2005).

No Brasil, o processo de povoamento se iniciou por volta de 1530 com a implantação do sistema de capitanias hereditárias, que teve como marco a fundação de São Vicente, no litoral de São Paulo. Como o resto da América, em princípio as cidades foram fundadas no litoral e tinham como função servir de entreposto comercial e de proteção da costa. Mas as funções das cidades brasileiras se alteraram conforme os períodos econômicos (BUENO, 2000).

O fenômeno da urbanização na região Nordeste brasileira é marcado pela ocupação da costa litorânea, representada pelas capitais Salvador, Recife, Aracaju, Maceió, Fortaleza, João Pessoa, Natal e São Luis do Maranhão. Porém, espaços mais interioranos passaram a sofrer pressões de urbanização a partir do desenvolvimento econômico da região e da distribuição de outras atividades mais específicas de cidades menores. Esse é o caso de São José do Campestre (SJC).

De acordo com o IBGE (2010) O município de SJC-RN, localizado na microrregião da Borborema Potiguar, possui uma área de 341km<sup>2</sup> com população de 12.356 habitantes, com uma população urbana de 10.272 pessoas e 2.084 na área rural. Nasceu e se desenvolveu impulsionada pela plantação de algodão e criação de gado. Apresentando hoje um crescimento urbano significativo em relação à área rural, fenômeno esse que vem ocorrendo ao longo dos anos.

O tema urbanização sempre nos chama atenção, entretanto os questionamentos que encontramos são muitos, por isso faz-se necessário uma investigação mais detalhada para nos aproximar da veracidade dos problemas encontrados. Por ser moradora, surge o interesse de fazer um estudo acerca do surgimento ou do processo que originou a cidade, dando ênfase aos fatores que contribuíram para sua formação e seu desenvolvimento.

Foram levantadas discussões bem significativas a respeito do tema abordado com o objetivo de conhecer as causas e consequências do processo de urbanização do município de SJC, a fim de contribuir com algumas propostas que venham ajudar a reestruturar o meio socioeconômico do município, como políticas que possam melhorar a qualidade de vida da população e o meio em que essas pessoas produzem e se reproduzem.

Tendo como objetivo conhecer os fatores que levaram ao processo de urbanização das sociedades, esta pesquisa dá ênfase à cidade de SJC e busca identificar os elementos que contribuíram para a formação desse espaço urbano; descrever os reais motivos que impulsionaram a migração da população da área rural para a urbana; mostrar os problemas gerados pelo processo de urbanização da cidade; e, desta maneira incentivar a criação de um planejamento público que vise melhorar a qualidade de vida da população da cidade.

## 2 REVISÃO DE LITERATURA

Diante do tema sugerido apresentam-se a seguir uma fundamentação teórica abordando temas indispensáveis à futura pesquisa com o propósito de atingir os objetivos ao qual se direcionam e, desta maneira obter um resultado satisfatório.

### 2.1 Formação das cidades

A Organização das Nações Unidas (ONU) considera cidade todo aglomerado urbano com mais de 20 mil habitantes. Porém em alguns países esse número é menor, como na França e na Espanha. No Brasil, toda sede de município é considerada cidade, independentemente da população.

Vista como uma forma de organização do espaço pelo homem, a cidade pode ser considerada, como a expressão concreta de processos sociais na forma de um ambiente físico constituído sobre o espaço geográfico. Expressão de processos sociais, a cidade reflete as características da sociedade. Silva (1997) apud Silva (2009, p.11) afirma que a urbanização consiste num processo onde a população rural é ultrapassada pela urbana, o que proporciona o surgimento das cidades acarretando problemas de diversos fatores.

A urbanização se caracteriza essencialmente em dois níveis: 1º proliferação de concentração; 2º aumento do tamanho de cada um destes pontos. Desse modo, o processo de urbanização caracteriza-se pelo aumento do número de cidades, e a expansão de áreas ocupadas por elas (CASTELLS, 1983).

O desenvolvimento urbano é o processo de emergência de um mundo dominado pelas cidades e pelos valores urbanos. Clark (1985), vem ressaltar dois processos principais de desenvolvimento urbano: o crescimento urbano e a urbanização. O primeiro é um processo espacial e demográfico e refere-se à importância crescente das cidades como locais de concentrações da população numa economia ou sociedade particular. Já a urbanização, é um processo social e não espacial que se refere às mudanças nas relações comportamentais e sociais

que ocorrem na sociedade, como resultado de pessoas morando em cidades. Essencialmente, isso se refere às mudanças complexas do estilo de vida, que decorrem do impacto das cidades sobre a sociedade.

Assim, Bueno (2000) afirma que:

A elaboração dos espaços urbanos, através dos tempos, se caracterizou por uma divisão sócio territorial que representava as estruturas sociais nos quais as sociedades estavam configuradas nos diferentes modos de produção. As cidades representavam, dessa forma, a luta por espaços, tanto a nível social, quanto da ocupação do território e na conquista de condições dignas da existência humana nos meios urbanos, nos quais se dá a ação do estado, do capital e da própria sociedade, num processo contínuo de (re) produção das relações sociais (BUENO, 2000, p. 47).

Para o autor citado, o processo de concentração humana teve vários motivos, entre eles: a busca de regiões propícias para a prática da agricultura; a domesticação de animais; a socialização que originou as tribos, clãs e hordas; a necessidade de proteção contra as intempéries; a busca de abrigo contra animais ferozes e contra tribos rivais, tendo como forma de suprir carências em relação à sobrevivência, o trabalho coletivo.

Carlos (2008) apud Silva (2009, p.14) afirma que, no momento em que o homem deixa de ser nômade fixando-se no solo como agricultor é dado o primeiro passo para a formação das cidades. Quando o homem começa a dominar um elenco de técnicas menos rudimentares, que lhe permite produzir excedentes agrícolas é um segundo impulso para o surgimento das cidades, visto que ele pode agora dedicar-se a outra profissão que não a de plantar.

O processo de urbanização ocorre obviamente nas cidades e as primeiras, surgiram há mais de 3.500 a.C. quando o homem aprendeu técnicas que permitiram torná-lo sedentário. Castells (1983, p. 42), coloca que:

As investigações arqueológicas mostram que os primeiros aglomerados sedentários e com forte densidade de população (Mesopotâmia, por volta de 3.500 a.C., China e Índia 3.000 – 2.500 a.C.) aparecem no fim do neolítico, momento em que as técnicas e as condições sociais e naturais do trabalho permitiram os agricultores produzir mais do que tinham necessidade para subsistir (CASTELLS, 1983, p. 42).

Ainda que os primeiros aglomerados urbanos tenham aparecido há mais de 3.500 a.C., o processo de urbanização moderna teve início apenas no século XVIII, em consequência da Revolução Industrial, desencadeada primeiro na Europa e posteriormente nas demais áreas de desenvolvimento do mundo atual.



Em relação a esse fenômeno Spósito (1991) relata que desde a primeira Revolução Industrial, o ritmo de crescimento das cidades teve enorme impulso, o que dentre vários elementos, caracteriza o processo de urbanização. Tal processo atingiu principalmente, os países da Europa e posteriormente espalhou-se por todo o mundo, demonstrando particularidades de acordo com cada grupo de países.

A industrialização, marco forte de desenvolvimento nos países desenvolvidos proporcionou um grande crescimento econômico nestas nações. Na Europa, no início do século XIX, especificamente em Londres houve uma evolução da população de 45 mil a 865 mil habitantes, entre o século XVI e início do século XIX. A urbanização era, simultaneamente, resultado e causa da Revolução Industrial (ROSS, 2005). Deste modo pode-se ressaltar que o crescimento industrial nos países industrializados, resultou em grandes avanços para estes, enquanto os não industrializados ainda viviam em sistemas arcaicos em relação aos demais.

De acordo com Spósito (2004) são muitos os responsáveis pela a construção da cidade (sendo em sua maioria os capitalistas), essas pessoas determinam também a dinâmica de crescimento da cidade, não apenas pelo fato de serem proprietários de grandes parcelas do território, mas também porque fazem parte de organismos que definem a cidade como, associações, partidos políticos entre outros.

Geralmente as pessoas procuram as cidades em busca de melhor qualidade de vida, porém estas necessitam de mão-de-obra qualificada, não atendendo as necessidades exigidas esses migrantes, sem condições de retornar ao local de origem, acabam se aglomerando em zonas periféricas, nas mais precárias condições. Em função disso, Carlos (1996) afirma, na medida em que as cidades recebem novos habitantes, estes não encontram o que procuravam, e a situação permanece caótica, vão sendo formados bairros mais pobres às margens das cidades. Geralmente, estes ficam afastados do centro e são desprovidos de condições de vida de qualidade bem inferior às classes mais abastadas.

A população mundial consiste no número total de habitantes do planeta terra, quantia essa que atingiu em 2009, a marca de 6,826 bilhões de habitantes, conforme dados divulgados pelo FNUAP (Fundo de População das Nações Unidas).O ritmo de crescimento populacional tem apresentado redução a cada ano. Segundo estimativas da Organização das Nações Unidas (ONU), a terra terá pouco

mais de 9 bilhões de habitantes em 2050, crescendo a um ritmo anual de apenas 0,33% ao ano, considerando inferior à taxa atual de 2,02%.

## **2.2 Formação das cidades brasileiras**

Referindo-se aos primórdios da urbanização, Reis Filho (1968) apud Santos, (2008, p.20), destaca três etapas da organização territorial brasileira:

1ª entre 1530 e 1570, cujo ponto de maior intensidade estaria entre os anos de 1530 à 1540, com a fundação do Rio de Janeiro em 1567 e de Filipéia da Paraíba em 1585; 2ª compreende entre 1580 e 1640, anos de dominação espanhola, onde se destaca os anos de 1610 e 1620, com a fundação de vilas e três cidades, e entre 1630 e 1640, com a fundação de nove vilas; 3ª entre 1650 e 1720, foram fundadas trinta e cinco vilas, elevando-se duas a categoria de cidades, Olinda e São Paulo. Ao fim do período estavam constituídas sessenta e três vilas e oito cidades.

Desta forma, Serra (1987) apud Bueno (2000, p.50) afirma que “o apaziguamento ou derrota dos índios e posteriormente, a substituição da cultura do açúcar pela mineração do ouro são fatores que alteraram a dinâmica do processo de urbanização”. De acordo com BUENO (2000) a partir da prática efetiva da mineração, o processo de fundação de povoados, vilas e cidades, intensificou-se, chegando mesmo a ter centros urbanos importantes pelo interior do Brasil, especificamente em Minas Gerais e Mato Grosso. Mas, como esse processo foi baseado na exploração de metais, que com o tempo se esgotou, o processo de urbanização do interior do Brasil teve recuos e muitos centros urbanos tiveram, suas populações diminuídas sensivelmente e suas populações, em grande parte, passaram por um processo de ruralização.

O autor citado ainda afirma que somente a partir do final do século XIX e durante as primeiras décadas do século XX é que o processo de interiorização do povoamento tomou um considerável impulso, fruto da expansão da pecuária, do café e de outros produtos agrícolas ligados ao mercado externo pelo interior do país.

O processo de crescimento dos núcleos urbanos brasileiro ainda é citado por Corrêa (2005) onde afirma que “a industrialização, a melhoria geral da circulação, o desenvolvimento de uma estratificação social mais complexa, criando níveis de

demanda mais diferenciados, a modernização do campo e a incorporação de novas áreas, levaram a uma complexificação funcional dos centros urbanos brasileiros”.

Em decorrência desse fator, Santos (1994) e Corrêa (2005) apud Alves (2007, p.98) afirma que o dinamismo da urbanização, o crescimento demográfico, as migrações de tipo campo-cidade, a industrialização e as mudanças no mercado de trabalho explicam boa parte das alterações urbanas nas regiões metropolitanas, contribuindo para a expansão dessa rede urbana.

O Brasil é caracterizado como uma sociedade cada vez mais em processo acelerado de urbanização. Santos (1993), afirma que, em 1940, a taxa de urbanização brasileira era de 26,35%. Nesses quarenta anos a população triplica, ao passo que a população urbana se multiplica sete vezes e meia. Nos anos 60, o Brasil ainda era um país agrícola, com uma taxa de urbanização de apenas 44,7%. Em 1980, alcança 68,86%, onde 67,6% do total da população já viviam em cidades. Entre 1991 e 1996, houve um acréscimo de 12,1 milhões de habitantes urbanos, o que se reflete na elevada taxa de urbanização, alcançando 78,4% (IBGE, 2007).

O resultado do último Censo Demográfico do IBGE (2010) indica 190.132.694 pessoas para a população brasileira. Em comparação com o censo 2000, ocorreu um aumento de 20.933.524 pessoas. Esse número demonstra que o crescimento da população brasileira no período foi de 12,3% inferior ao observado na década anterior (15,6% entre 1991 e 2000). O censo atual mostra também que a população é mais urbana que há dez anos: em 2000, 81% dos brasileiros viviam em áreas urbanas, agora são 84% sendo 15,65% da população (29.852.986 pessoas) vivendo em situação rural, contra 84,35% em situação urbana (160.879.708 pessoas). Em 2000 da população total 81,25% (137.953.959 pessoas) viviam em situação urbana e 18,75% (31.845.211 pessoas) em situação rural (IBGE, 2010).

Percebe-se que a urbanização brasileira decorre de uma industrialização tardia, típica do capitalismo dependente, em que as contradições ocorrem de modo gritante, onde a acumulação de riqueza caminha junto com a miséria.

Assim Castriota (2003) afirma que:

As metrópoles brasileiras apresentam uma área principal de concentração da população de alta renda, seguida de uma segunda área, que congrega uma parcela mais reduzida da burguesia urbana, além da ocorrência de enclaves de alta renda, os denominados condomínios fechados, segmentados do tecido urbano pelas cercas e muros. Assim, alguns traços característicos podem ser observados pelo conjunto da rede urbana brasileira, configurando

um padrão de urbanização definido pela baixa qualidade de vida urbana e pelo comprometimento de capacidade de efetivo desenvolvimento (CASTRIOTA, 2003, p. 55).

Ao ressaltar algumas considerações a respeito desse contraste urbano (Carlos; Carreras, 2008, p.17) indagam que:

Urbanisticamente são a imagem inversa ou o clichê negativo do que se considera cidade; essa cidade organizada e produzida segundo padrões urbanos regulados por normas de ocupação e princípios da propriedade privada do solo. Não dispõem de habitações produzidas de maneira industrial e em massa, nem são consumidas, segundo os rendimentos, aos preços costuma ser autoconstruída, geralmente de forma muito precária, e as infraestruturas básicas são altamente deficitárias para circular ou dispor de energia elétrica, água, esgoto...; não são menos deficitários os equipamentos e serviços básicos de saúde, cultura e educação (CARLOS; CARRERAS, 2008, p.17).

Os autores citados destacam a contradição existente entre o centro e a periferia da cidade, onde o urbano se constitui de adversidades que é mostrada através das diferenças vistas no padrão de vida de ambas as partes: de um lado riqueza, acúmulo de bens, e de outro a pobreza, detectada pelas habitações mal estruturadas, construídas pelos próprios moradores, sem nenhum planejamento prévio, salientando ainda a carência de serviços básicos de saúde e educação entre tantos necessários à sobrevivência.

### **2.3 Êxodo rural e a pressão sobre as cidades**

O êxodo rural compreende a saída da população residente na zona rural para a zona urbana, essa migração ocorre quando o meio rural não oferece meios de sobrevivência para a família, um membro da família ou todos saem em busca de emprego e melhores condições de vida nas cidades, como cita (FARIAS, 2007).

No Brasil o processo de urbanização deu-se praticamente no século XX. Neste período a população urbana cresceu 34,4% entre 1940 e 1980. A mudança de um país predominantemente rural para um país urbano ganhou velocidade a partir da década de 60, se estendendo até a década de 70, quando domicílios situados nas áreas urbanas chegavam a 58% (IBGE, 1991). Um gigantesco movimento migratório foi o responsável por ampliar a população urbana em 125 milhões de pessoas em apenas 60 anos MARICATO (1996) apud ALVES (2007, p. 97).

Esse crescimento deu-se principalmente por fatores como expansão da economia brasileira, o crescimento demográfico Matos (1995) e Maricato (1996) apud Alves (2007, p.97) e fundamentalmente, pela migração decorrente dos grandes êxodos das áreas rurais para áreas urbanas. Entre 1960 e 1980 houve uma inserção de quase 50 milhões de pessoas nas áreas urbanas; a migração campo-cidade respondeu por cerca de 28 milhões de pessoas.

O êxodo rural representou, portanto, algo próximo de 57% do crescimento urbano no período, Martine et al (1990) apud Alves (2007, p. 98). A partir de então a urbanização ampliou-se ganhando complexidade e abrangência, envolvendo cidades de diversos tamanhos, além dos centros metropolitanos em meio a um crescimento sem precedentes da malha viária.

É preciso ressaltar que o êxodo rural é gerador de várias consequências, entre elas a grande aglomeração nas cidades o que vem acarretar nas periferias, locais estes desprovidos de qualquer infraestrutura necessária à sobrevivência humana, como afirma Rei e Sogabe (2007) apud Alves (2007, p. 99):

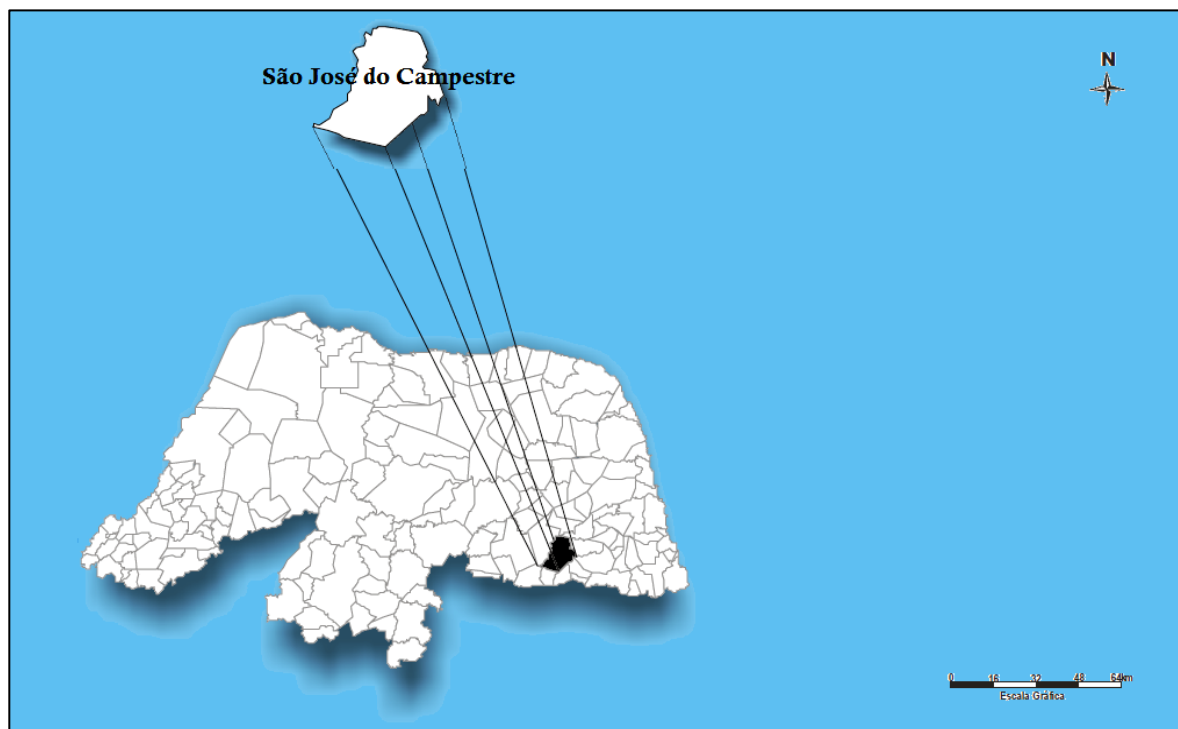
Os abismos criados entre as diversas áreas que compõem as grandes regiões metropolitanas têm gerado sérias divisões sociais, fazendo com que as carências sejam ressaltadas e induzam movimentos como ocupações desordenadas de terrenos, crescimento anômalo sem infraestrutura e sequer planejamento primário, com conseqüente desequilíbrio ambiental e possibilidade clara do surgimento de desastres sociais (REI E SOGABE (2007) apud ALVES (2007, p. 99).

Geralmente esses bairros ficam bem afastados do centro, formando grandes aglomerados que abrigam a pobreza e a marginalidade que, mais tarde, causará danos irreparáveis no cenário e no modo de vida da população. “Contrariamente ao que se pensa, a indústria produz a acumulação de riqueza de um lado e da pobreza do outro” (CARLOS, 1996).

#### **2.4 O município de São José do Campestre – Localização e caracterização geoambiental**

Dados da CPRM (2005) atestam que o município de SJC está localizado na mesorregião Agreste Potiguar e na microrregião Borborema Potiguar, limita-se ao norte com os municípios de Tangará, Serra Caiada, Boa Saúde; ao sul com Serra de

São Bento, Monte das Gameleiras; a leste com, Lagoa D'Anta, Serrinha e Santo Antonio, a oeste com Tangará e Japi, tem uma área de 341 km<sup>2</sup>, inseridos na folha SJC (SB.25-Y-A-I), na escala 1:100.000, editada pela SUDENE. Sua sede tem altitude média de 149 m e coordenadas 06°18'57,6" de latitude sul e 35°42'50,4" de longitude oeste, dista da capital cerca de 105 km com acesso, a partir de Natal, através das rodovias pavimentadas BR-226 e RN-093 ( Figura 1).



**Figura 1: Localização Geográfica do Município de São José do Campestre no RN**  
**Fonte: Adaptado do CPRM, 2005.**

Ainda de acordo com a fonte supracitada, SJC pertence à Província Borborema, com rochas pertencentes ao embasamento cristalino do Pré- Cambriano, envolve áreas de serras de depressão, entre os Tabuleiros Costeiros e o Planalto da Borborema (Figura 2), com clima semiárido, quente e seco no verão e úmido e frio no inverno tendo uma precipitação pluviométrica anual normal de 539,3mm com temperaturas médias anuais de 25,6°C, drenado pela bacia hidrográfica do Rio Trairi e Rio Jacu; os solos apresentam fertilidade natural média, textura arenosa, relevo suave ondulado, medianamente profundos, bem drenados, susceptíveis à erosão, representados pelos Regossol Eutrófico com Fragipan; e vegetação é formada pela caatinga hipoxerófila e hiperxerófila altamente degradada devido ao padrão de exploração da terra.

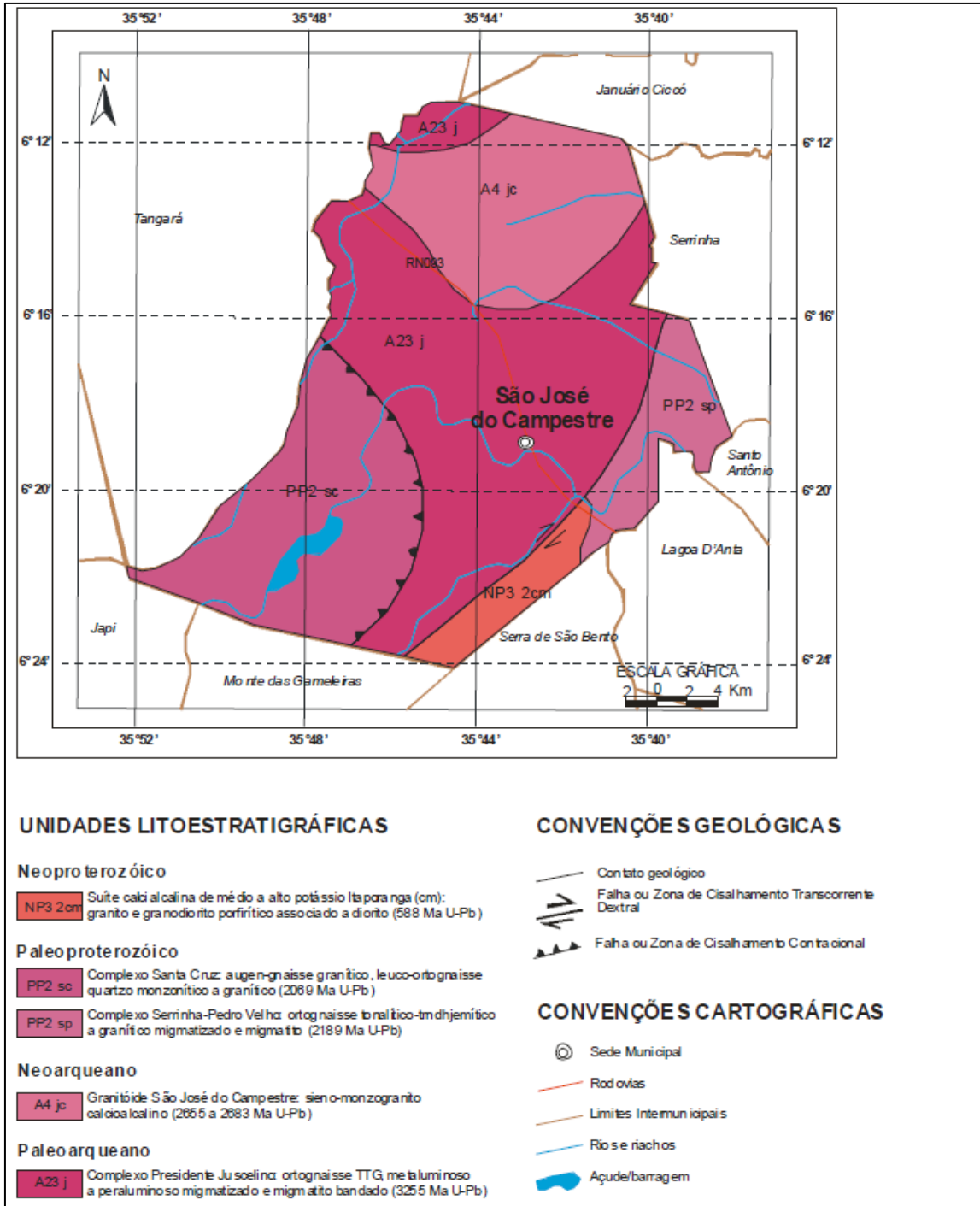


Figura 2: Mapa Geológico de São José do Campestre-RN.  
 Fonte: CPRM, 2005

### 3 MATERIAIS E MÉTODOS

Para realização desta pesquisa foram adotados alguns procedimentos, entre eles o levantamento de fontes teóricas e metodológicas a respeito do tema estudado, em especial ao processo que desencadeou o surgimento e desenvolvimento urbano de São José do Campestre-RN.

Na pesquisa documental, após uma leitura, reflexão e síntese das fontes bibliográficas a cerca do tema abordado, foi feito uma caracterização minuciosa da região, através de um levantamento de dados obtidos através do IBGE, Prefeitura Municipal de SJC e outras instituições, onde foram retiradas informações importantes para uma melhor compreensão do espaço em análise.

A pesquisa de campo ocorreu através de visitas na área, seguida da aplicação de questionários aos moradores mais antigos residentes da cidade como também ex políticos, que fizeram e fazem parte da história do desenvolvimento da cidade. Fotografias digitais foram retiradas ao longo das visitas de campo, para captar momentos da paisagem e nos ajudar na análise sócio espacial, e também auxiliar na descrição das construções populares, estrutura habitacional, elementos que possam denotar as mudanças ocorridas através do tempo e espaço.

Na busca de entender e encontrar vestígios do fato decorrente foi necessário fazer o fichamento do material bibliográfico, o exame dos questionários aplicados, o registro fotográfico, tabulação de dados, e digitação dos mesmos, obtidos da análise dos resultados alcançados.



## 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O presente capítulo procura explicar sobre a formação do espaço urbano de SJC, sua criação bem como as diversas administrações até então ocorridas e as obras realizadas; discute ainda os processos de mobilidade populacional, as atividades antrópicas oriundas do processo de urbanização, os problemas ambientais decorrentes desse processo e finalmente são elaboradas algumas sugestões para que o planejamento urbano a ser implantado em SJC além de vim a contribuir para seu desenvolvimento que o mesmo ocorra de forma sustentável.

### 4.1 São José do Campestre: a formação do espaço urbano

Embora o município de SJC já esteja completando 63 anos, são poucos os escritos que existem sobre a sua formação. Assim, os dados a seguir são basicamente de informações levantadas por Itamar de Souza, escritor e professor aposentado da UFRN, nascido em SJC, e profundo admirador da história do seu município. Segundo o autor o termo campestre é uma palavra de origem latina – *campester, campestris* – que significa algo relativo à planície, à campina. No último quarto do século XIX, quando os tropeiros se deslocavam de Santa Cruz e de outros lugares mais afastados, para comprarem produtos como farinha, aguardente, rapadura e fumo nos brejos da Paraíba, eles costumavam dizer “vamos descansar os animais nos campestres”. Campestres eram para eles, áreas de vegetação rarefeita, pouco densa, que se formavam às margens do Rio Jacú, que banha a atual cidade de SJC (SOUSA, 1998).

No início, SJC era simplesmente uma clareira. Ao seu redor algumas casas distantes umas das outras, encravadas em fazendas cujas principais atividades eram o plantio de algodão e a criação de gado, atividades essas que impulsionaram o nascimento e desenvolvimento da cidade. A vegetação do lugar era exuberante, favorecida pelos cursos d’água dos rios Trairí e Jacu (Ministério da Defesa, 2003).

Um dos fatores que contribuiu para o crescimento de SJC foi, sem dúvida, a estrada de rodagem que o Governador Alberto Maranhão construiu em 1910. Esta

estrada carroçável interligava as cidades de Nova Cruz e Santa Cruz, e passava à margem do rio Jacú. A partir daí esta localidade ganhou contornos reais de povoamento, alinhando-se nas imediações do rio citado (Fotos 1 e 2).

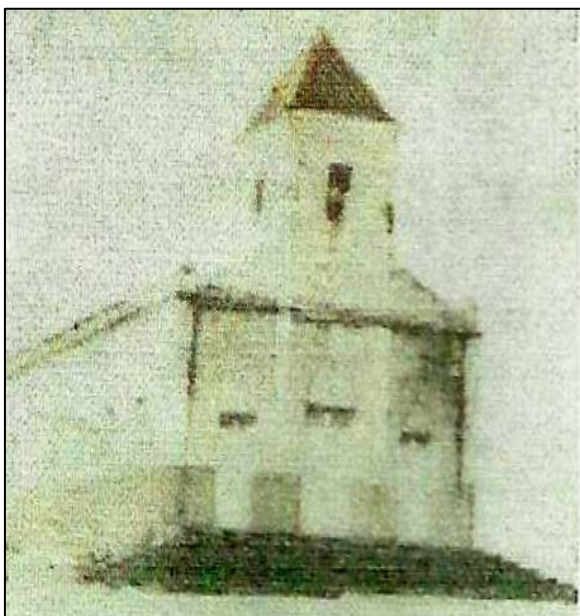


**Fotos 1 e 2: Visão aérea de São José do Campestre – RN em 2011.**  
Fonte: [www.seturcampestrern.blogspot.com](http://www.seturcampestrern.blogspot.com)

Nos escritos de Souza (1998), constam informações importantes para se entender o processo de formação do espaço urbano de SJC. Segundo o autor, presume-se que a primeira missa tenha acontecido nos anos 90 do século XIX, pelo Padre Tomás de Aquino, o que torna indiscutível que o mesmo foi o responsável por implantar a fé católica no município, e também pelo acréscimo de São José ao nome Campestre. Ao celebrar uma missa na fazenda Campestre, de José Antônio, onde não havia capela, o Pe. Tomás preparou o altar embaixo de uma árvore, e pediu uma imagem para o altar. Da casa do fazendeiro veio uma pequena imagem de São José. A escolha do santo para designar o nome da cidade deveu-se ao fato de quase todas as fontes de renda do lugar advirem da agricultura e São José ser o patrono dos agricultores, (Ministério da Defesa, 2003).

Poucos anos depois o fazendeiro José Antônio fez a doação do terreno para a construção de uma capela dedicada à São José, este foi o primeiro templo católico (capela) construído em SJC e foi erguido por volta de 1898, pelo Sr. Pedro Inácio, que contou com a colaboração dos moradores. A capela situava-se na Rua Francisco Lopes (antes Rua do Comércio) e foi destruída na década de 1930, quando foi construída a atual Igreja Matriz. As primeiras casas da povoação foram

construídas às margens do rio Jacu, na Rua dos Alpendres, hoje chamada Rua José Antônio, homenagem a um dos fundadores desta comunidade, é importante ressaltar que em 1908, SJC possuía cerca de 15 casas (Fotos 3 e 4).

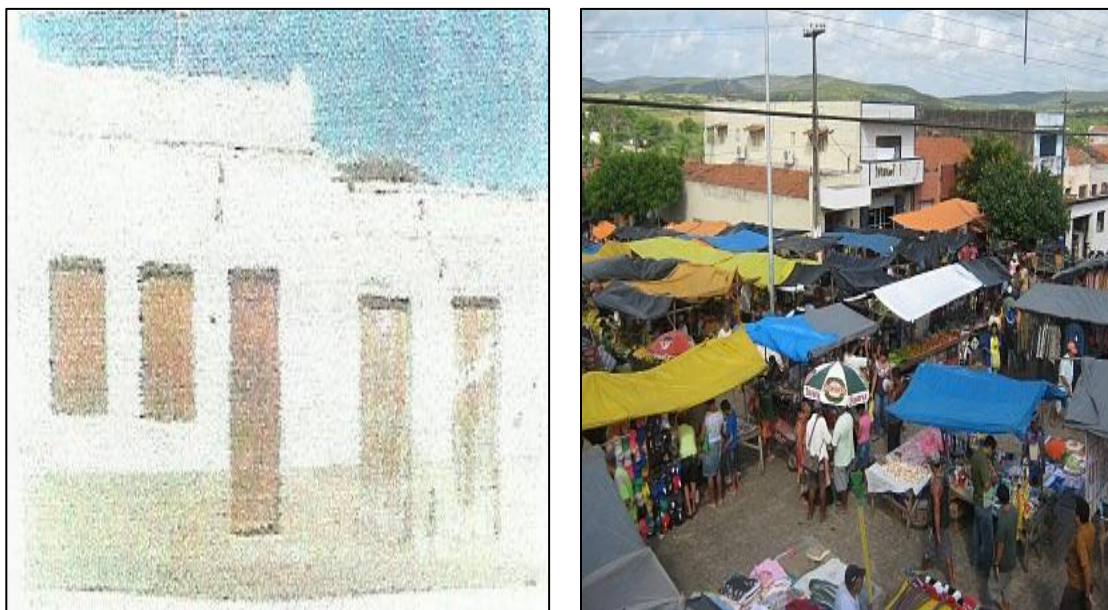


**Fotos 3 e 4: Primeiro templo católico (capela) e a primeira rua (Rua José Antônio antiga Rua dos Alpendres) de São José do Campestre-RN.**

**Fonte: Ministério da Defesa (2003); Arquivo da autora (2011).**

Outro elemento que faz parte dos primórdios de SJC é a feira, sendo a primeira realizada em 1903, a segunda num domingo e, a partir da terceira, na sexta-feira, como é atualmente. Em 1912 SJC contava apenas com 32 casas, nesse mesmo ano em virtude da feira no incipiente povoado, surgiu a necessidade de um hotel onde os feirantes e tropeiros pudessem se abrigar. A tarefa foi entregue a Marfisa Amador, que transformou a casinha de taipa no Centro de SJC em um hotel, onde se hospedavam mascotes, políticos e delegados (Fotos 5 e 6).

Vale ressaltar o surgimento do Correio Postal de SJC em 1918, agência de quarta categoria, onde as malas do correio eram expedidas de Natal para SJC, via Nova Cruz, devido a Estrada de Ferro Natal-Nova Cruz. Durante muitos anos funcionou na rua Francisco Lopes e posteriormente na Avenida Getúlio Vargas.



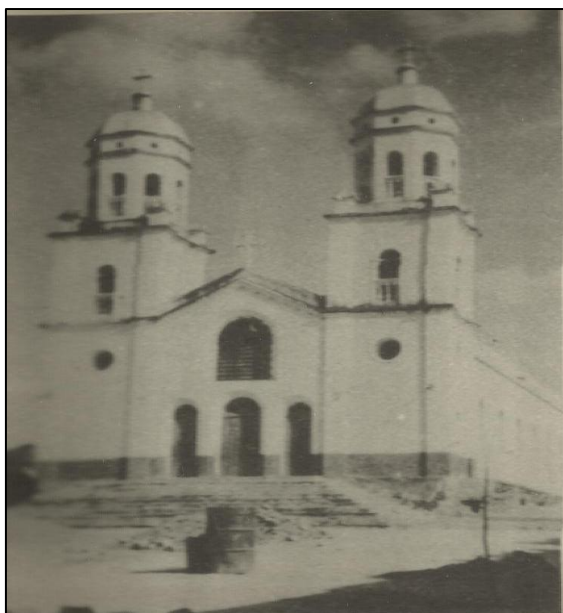
**Fotos 5 e 6: Fachada do primeiro Hotel e Feira Livre de São José do Campestre-RN.  
Fonte: Ministério da Defesa (2003); Disponível em [www.seturcampestrern.blogspot.com](http://www.seturcampestrern.blogspot.com)**

Ainda é preciso destacar que nas primeiras décadas do século XX, foi construído um cemitério, situado na entrada da cidade e com a frente voltada para o rio Jacu, cercado de arame, e posteriormente com muro de alvenaria. Em 1934 foi criado o primeiro cartório de SJC, e se destinava ao registro civil das pessoas, tinha como tabelião público Edgar Fabrício da Silva. É importante destacar que nessa década SJC contava com cerca de 120 casas, realizava a feira aos sábados e possuía vários pontos de negócios.

A iluminação pública de SJC foi de início colocada por Nestor Marinho prefeito de Nova Cruz, na época, iluminação à querosene, que iluminava o povoado, do escurecer do dia até por volta de 11 horas da noite. Segundo o Sr. Chico Amador, descreveu como funcionava este tipo de energia: “havia uns pequenos depósitos de madeira, onde era colocado o gás”. Depois de aceso, eles eram levados, por um empregado, para a rua e colocados nos postes.

Posteriormente, Francisco Lopes de Moraes, grande proprietário rural no município, trouxe o mecânico e eletricista que fez experiência com duas lâmpadas na cidade, em 1935. Segundo Ana Alves de Moraes, esposa do senhor Francisco Lopes: “o motor de luz trabalhava das 17 às 21 horas, a população pagava uma pequena taxa de luz”. Foram providenciados postes de aroeira, onde foram instaladas as luzes, e mais adiante, quando foi criado o município em 1948, os prefeitos nomeados compraram motores mais potentes, que substituíram a energia fornecida pelo empresário Francisco Lopes.

Um acontecimento que transformou bastante a paisagem de SJC foi a construção da Igreja Matriz, vendo que a capelinha era pequena para a população que crescia bastante, o padre Bianor Aranha, vigário de Nova Cruz, iniciou a sua construção. O local onde se encontra hoje a Igreja Matriz era um campo de xique-xique e macambira, onde alguns moradores criavam porcos e cabra. Foram vários os vigários responsáveis pela conclusão da Igreja, porém quem realizou o trabalho de acabamento foi o padre Omar Bezerra Cascudo, que em 1937, deu a bênção litúrgica à nova capela. A partir de então, todas as atividades passaram a ser realizadas no novo templo (Fotos 7 e 8).



**Fotos 7 e 8: Igreja Matriz, Paróquia de São José -São José do Campestre-RN**  
**Fonte: IBGE- Enciclopédia dos municípios Brasileiros (1960); Disponível em**  
**[www.seturcampestrern.blogspot.com](http://www.seturcampestrern.blogspot.com)**

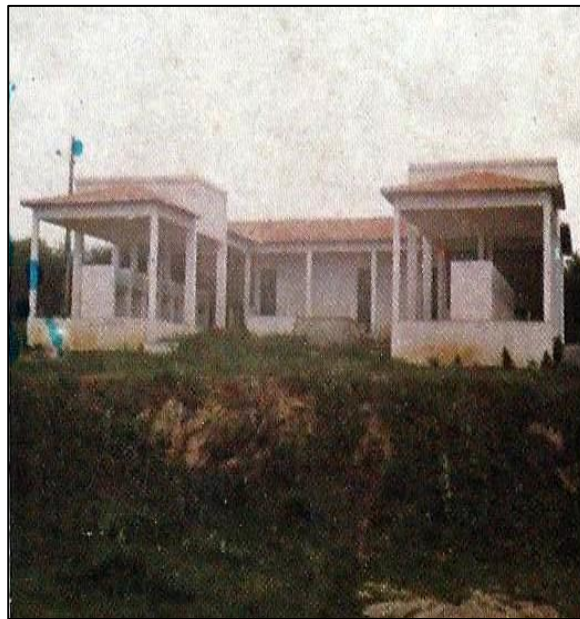
Depois da instalação da luz elétrica em 1935, o acontecimento mais importante foi a promoção do povoado de SJC à categoria de distrito de Nova Cruz, criado pelo Interventor Federal, Dr. Rafael Fernandes Gurjão, através do decreto nº 603, de 1938. Em 1943 foi elevada a vila e neste mesmo ano ganhou uma rodovia construída pelo governo federal, de Tangará até a Paraíba, passando evidentemente por SJC hoje RN 093. A partir daí as viagens para Natal e para os municípios vizinhos melhoraram bastante.

À proporção que a população da cidade crescia, foram surgindo as primeiras escolas de alfabetização, tanto públicas quanto privadas. Em 1922, o Governador do Estado, Dr. Antônio José de Mello e Souza, criou Escolas Rudimentares em várias

localidades do Estado, em SJC, esta foi a primeira escola pública estadual criada na povoação, funcionava em uma casinha de taipa. Já a primeira escola do município foi inaugurada em 1934, com o nome Escolas Reunidas de Campestre, a partir de então foi absorvida a escola rudimentar que ali existia.

O problema mais difícil de resolver em SJC foi sem dúvida o abastecimento de água para a população. Nos seus primórdios, a população bebia água salgada tirada das cacimbas cavadas no riacho “Sombras Grandes”, bem como nas propriedades de Maria Rosa, da família Nunes e da família Barroso à margem do rio Jacu. As famílias que tinham mais condições construía grandes cisternas nas suas residências, ou então traziam água de Natal, sobretudo, os que possuíam automóveis ou caminhão, o que ajudava a suportar os anos de seca.

O açude Sombras Grandes construído em 1946 foi uma obra do Departamento Nacional de Obras Contra a Seca DNOCS, feita em parceria com o governo do Estado, na gestão do Interventor Ubaldo Bezerra de Melo. Gerações tomaram água salgada deste açude, sem nenhum tipo de tratamento, assim como também lavavam roupas na lavanderia existente nas suas imediações (Fotos 9 e 10). Com o crescimento da cidade, o açude Sombras Grandes tornou-se pequeno para atender à demanda da população. Nos anos de seca, a maioria da população ficava a mercê de água transportada pelos caminhões pipa (SOUZA, 1998). Com a construção do açude Japi II, inaugurado em 1965, o rio Jacu ficou perene e a água tornou-se abundante no período do verão.



**Fotos 9 e 10: Local onde existia o açude sombras grandes e Lavanderia pública situada nas imediações do açude em São José do Campestre-RN.  
Fonte: Arquivo da autora (2011).**

Em SJC durante as décadas de 1930 e 1940, quando a produção de algodão era grande e os preços eram elevados, o esporte predominante era a vaquejada. Terminando o inverno, colhidas as safras de feijão e de milho, então, os proprietários rurais começavam a fazer vaquejadas nas suas fazendas. Na cidade, no mês de agosto ou de setembro, realizava-se a grande vaquejada, na Avenida Getúlio Vargas. Vindo todos os anos vaqueiros de outros estados, assim como das cidades vizinhas. Com o calçamento da Avenida Getúlio Vargas, realizado na primeira administração de José Matias (1963-1969), as vaquejadas de SJC entraram em declínio, a crise do algodão também veio à contribuir para esse fato.

Não se pode falar do lazer em SJC, sem citar a Festa de Reis Magos, para se diferenciar de Nova Cruz que festejava sempre o Ano Novo, a comunidade campestrense preferiu comemorar a Festa dos Reis. Não se sabe ao certo quando surgiu esta festa na cidade. Segundo Chico Amador, a festa já existia na década de 1920. Entretanto, segundo a Prof.<sup>a</sup> Anita de Andrade Cortez, a Festa de Reis passou a existir apenas em 1934. Em barracas colocadas nas ruas, o povo se divertia comprando comidas típicas da região (SOUSA, 1998). O que se pode afirmar é que a festa ainda hoje permanece, sendo o maior evento da cidade, com um grande número de visitantes, período em que a economia da cidade mais se desenvolve.

## **4.2 A Criação e Expansão Urbana do Município de São José do Campestre: Suas Administrações e Obras Realizadas**

O município de SJC foi criado pela iniciativa dos políticos do Partido Social Democrático (PSD). A proposta de criação do município transformou-se no Projeto Nº 01/48 de autoria do deputado Theodorico Bezerra, que foi aprovado por unanimidade. Aos 23 de dezembro de 1948, foi publicado o Decreto-Lei Nº 146/48 criando oficialmente o município de SJC (SOUZA,1998).

Apesar de SJC ser uma cidade relativamente jovem já possuiu vinte e quatro administrações, entre elas administrações temporárias de alguns prefeitos nomeados assumindo por um curto período, como também eleitos por vários mandatos. Assim, de 1948 até o momento o quadro de administradores de SJC está organizado da seguinte forma (quadro 1).

Após a emancipação de SJC foram nomeados três prefeitos. O primeiro foi o Capitão Pedro Heráclito Pinheiro (1949-1951). Seu sucessor foi Severino da Costa Belmont, a partir de fevereiro até novembro de 1951, e finalmente administrou o município, Agripino Freire de Santana, de 1951 à 1953. Entre outras coisas que Agripino fez, destaca-se a compra de um novo motor Caterpillar para iluminar a cidade e a construção dos degraus da frente da Matriz.

A primeira Câmara Municipal foi eleita no mesmo pleito em que a população escolheu o primeiro prefeito constitucional Lindolfo Damião, em 1953 (Ver anexo). Nesse momento a Prefeitura e a Câmara Municipal instalaram-se no prédio do Grupo Escolar Padre Tomás de Aquino por isso foi construído um novo prédio para a escola. Dentre os projetos da Câmara está o aumento salarial para todos os funcionários da prefeitura, contrariando um projeto que dava aumento, apenas, para o prefeito, o vice e o secretário da prefeitura.



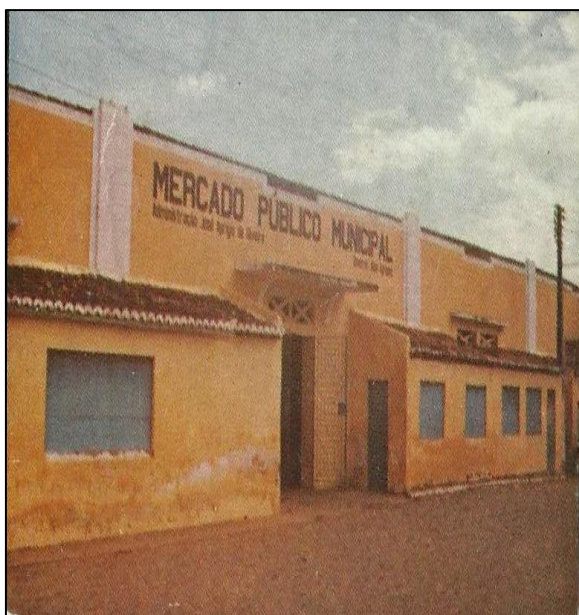
<b>PREFEITOS</b>	<b>GESTÃO</b>	<b>PRINCIPAIS OBRAS</b>
Pedro Heráclito Pinheiro	1949 -1951	
Severino da Costa Belmont	fevereiro/novembro 1951	
Agripino Freire de Santana	1951-1953	Motor Caterpillar e Degraus da Matriz
Lindolfo Damião de Souza	1953 -1958	Mercado Público; Maternidade Cooperativa Agropecuária
Edgar Fabrício da Silva	1958-1963	Conclusão do Mercado Público; Quadra de Esporte e pavimentações
José Matias de Araújo	1963-1969	Praça São José e Energia elétrica
Cícero Pinto de Souza	1969-1971	Pavimentação
Coronel Antônio Mozar Francisco Nelo		
Francisco Agatângelo da Silva Braga	1971-1973	
Tertuliano de Medeiros Neto. José Matias de Araújo	1973-1977	Biblioteca Municipal; CRUTAC e escolas
João Batista de Oliveira	1977-1983	Pavimentação de ruas, construção de escolas; cemitério e prédios do Banco do Brasil e BANDERN
José Aprígio de Oliveira	1983 -1989	Construção de escola; Terminal Rodoviário; Matadouro Municipal; Delegacia de Polícia e Pavimentações
Dr. Laércio José de Oliveira	1989 -1993	Construção do Centro de Convivência dos Idosos; Posto de saúde; Creche; Hospital; Escolas; Casas populares e compra de Automóveis
Josefa Pessoa de Oliveira	1993 -1995	Reformas da quadra, mercado público e construção de escolas.
Dr. Mário Toscano	1995 -1997	Dessalinizador; reforma da Praça São José e Recuperação do asfalto
Dr.Laércio José de Oliveira	1997-2000	Reforma da Praça São José; construção de Pré-escola e pavimentações
Dr.Laércio José de Oliveira	2001-2004	Ginásio de esportes; Quadra de esportes; implantação de PSFs;
João Batista de Oliveira	2005-2006	Laboratório de informática; reformas/construções; compra de automóveis e arborização da Praça São José
Junior Paiva	2006-2008	Urbanização do bairro dos Tanques; Implantação do CRAS, CEO, laboratório de informática; reforma da estátua de Frei Damião
Dr.Laércio José de Oliveira	Janeiro-maio 2009	
José André de Mendonça	Maio-agosto 2009	Reformas; saneamento do hospital Reforma do hospital e biblioteca;
José Borges segundo	2009-2012	Construção de escola e Praça/ academia dos idosos e Pavimentação de ruas

**Quadro 1. Evolução da Gestão Municipal de São José do Campestre/RN e Suas Principais Obras**

**Fonte: SOUZA (1998); Entrevistas realizadas pela autora (2011).**

A vitória de Lindolfo foi espetacular, resultado da sua luta com o deputado Theodorico Bezerra para a criação do município, sua administração foi surpreendente, sendo sua maior obra a construção do Mercado Público. No local onde foi construído o mercado, a reação do comércio foi geral. Muitos dos seus correligionários ficaram contra, porque iam ser obrigados a construir prédios comerciais na nova área urbana da cidade, mesmo assim ele não desistiu, comprou toda a área ocupada por uma vacaria e um campo de agave e construiu o mercado.

O Mercado construído foi de grande importância para o crescimento urbano da cidade, pois os comerciantes procuraram logo construir suas novas casas comerciais em suas imediações. Lindolfo construiu dentro do Mercado uma cisterna, o que serviu muito à população nos anos de seca. Além dessa importante obra, também foi construída a Maternidade Maria Vicência de Souza onde foram contratados médicos ginecologistas que veio à dá assistência médica às mulheres grávidas antes assistidas por uma parteira em condições precárias (Fotos 11 e 12).



**Fotos 11 e 12: Mercado público municipal e Hospital Maternidade Maria Vicência de Souza de São José do Campestre-RN.**

**Fonte: Arquivo da autora (2011); Ministério da defesa (2003).**

Todos os anos o prefeito Lindolfo trazia de Natal, uma máquina caterpillar para fazer a terraplenagem das estradas do município, no referente à economia da cidade prestou grande serviço, através da Cooperativa Agropecuária que emprestava dinheiro aos agricultores (Lenira Gomes de Souza, 82 anos, ex- primeira dama, entrevista realizada em 9 de julho de 2011).

O segundo prefeito eleito foi Edgar Fabrício da Silva que administrou o município, de 1958 à 1963. O prefeito Edgar, enfrentou dificuldades da seca de 1958, visto que o socorro do governo era tardio e reduzido. Entre suas obras estão o primeiro calçamento da cidade na Praça São José; parte da construção da Quadra de Esporte e conclusão do Mercado Público.

Na década de 1960 destaca-se a administração de José Matias de Araújo. Sua primeira gestão transcorreu de 1963 até 1969, onde construiu a Praça São José o que fez melhorar muito a aparência daquele logradouro, e fez pavimentação de várias ruas (Fotos 13 e 14). Na área educacional, o prefeito José Matias construiu seis escolas municipais, três na zona rural e três na zona urbana. Em parceria com o governo do Estado (Governador Aluizio Alves), o então prefeito de SJC construiu o prédio da Escola Belmira Lara e colocou energia no município (Denisia Matias Marinho, 72 anos filha do ex- prefeito José Matias e ex-secretária de educação, entrevista realizada no dia 7 de maio de 2011).



**Fotos 13 e 14: Avenida Getúlio Vargas e Praça São José de São José do Campestre-RN**  
Fonte: arquivo da autora (2011).

Posteriormente à José Matias administra a cidade Cícero Pinto de Souza, que governou o município 1969 até 20 de novembro de 1971, dia em que faleceu. Durante sua gestão, Cícero Pinto calçou a rua Senador João Câmara e ajudou muito os menos favorecidos, foi na sua gestão que a cidade recebeu a visita dos estudantes do Projeto Rondon, em 1970, que passaram um mês fazendo um levantamento dos problemas do município.

A década de 1970 se inicia com uma crise no poder municipal em virtude do falecimento de Cícero Pinto. Não foi possível fazer, legalmente, outra eleição de imediato,

por isso a cidade teve quatro prefeitos provisórios: Coronel da Polícia, Antônio Mozar, Francisco Nelo, Francisco Agatângelo da Silva Braga e, Tertuliano de Medeiros Neto, administrações muito curtas sem nenhum acréscimo ao desenvolvimento da cidade de SJC (José Flôr Filho, 82 anos, ex- vereador entrevista realizada em outubro de 2011).

Após esse período crítico administrou pela segunda vez José Matias de Araújo de 1973 à 1977. Durante esta gestão, construiu a Biblioteca Municipal Padre Geraldo de Almeida e trouxe para SJC o Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC), prestando grande assistência médica à população e juntamente com o governador Cortez Pereira, iniciou a construção da Escola Estadual Diógenes da Cunha Lima.

A passagem da década de 1970 para 1980 foi marcada pelas administrações de João Batista de Oliveira que no setor educacional construiu 12 escolas municipais na zona rural, e parte da Escola Municipal Jardelina Freire do Nascimento, o que veio à cooperar com o desenvolvimento da educação. Na área da saúde João Batista comprou uma ambulância, construiu um pequeno posto de saúde na zona rural e fez pavimentação e arborização de várias ruas, construiu o Cemitério São João Batista, e aumentou a sede da prefeitura. Além disso, desenvolveu através de convênios, várias atividades de assistência social destinada a melhorar a vida das camadas menos favorecidas de SJC. (Agenor Francisco Ribeiro ex- vice prefeito entrevista realizada em 23 de março de 2011).

Vale salientar as obras estaduais realizadas durante esse período das quais citamos o asfalto da Rodovia Tangará- Campestre –Santo Antônio pelo governador Tarcísio Maia (1975-1979); construção de um Conjunto Habitacional e duas agências bancárias que contribuíram para o aumento da malha urbana de SJC; como também uma Cooperativa de Artesãos, cuja produção era exportada para os Estados Unidos e o Canadá. Nesse mesmo período em SJC foi inaugurado o Sistema de Discagem Direta à Distância (DDD) em SJC, a partir de então, os campestrenses puderam falar com o Brasil e o mundo (Fotos 15 e 16).



Fotos 15 e 16: Agência do Banco do Brasil e Cooperativa de produção artesanal de São José do Campestre-RN.

Fonte: arquivo da autora (2011).

Na década de 1980 administra o ex-vereador e vice-prefeito José Aprígio de Oliveira, governou o município de 1983 até 1989. Neste período o Governador do estado, Dr. José Agripino (1983-1986), instalou a Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte (CAERN) em SJC e saneou a cidade para receber água do açude Sombras Grandes, um mês após a inauguração do serviço de abastecimento de água, o açude secou. A principal realização do prefeito José Aprígio foi a construção do Terminal Rodoviário, o Matadouro Municipal obra de suma importância, acabando com a imundície do antigo matadouro existente, e a Delegacia de Polícia no final da rua da Estrada Central, retirando os presos do convívio das famílias antes no centro da cidade.

A década de 1990 foi marcada pelas administrações de Dr. José Laércio de Oliveira e Dr. Mário Toscano, de início administrou Dr. José Laércio de 1989 à 1993, que nesse mandato dedicou atenção especial ao bairro da Paraíba, construiu o Centro de Convivência dos Idosos Maria Guedes Crispim, obra social mais importante; instalou o Posto de Saúde; fez vários calçamentos e reformas de escolas; a obra de maior importância foi a compra da Maternidade Maria Vicência, transformando-a em Hospital; construiu o conjunto habitacional Frei Damião e adquiriu terreno para construir novas casas populares o que proporcionou o surgimento e abertura de várias ruas, e o conseqüente aumento da malha urbana.

Sua sucessora Josefa Pessoa de Oliveira, governou a cidade durante o período de 1993 à 1995. Na administração de Josefa Pessoa poucas foram as obras realizadas: reformas em prédios, pavimentação de ruas e construção de dois colégios na zona rural (Josefa Pessoa de Oliveira 74 anos, entrevista realizada no dia 27 de setembro de 2011). Josefa Pessoa foi alvo de um Impeachment feito pela Câmara Municipal, devido à esse fator em 1995, Dr. Mário Toscano vice prefeito assumiu o cargo de prefeito, para completar o mandato da titular que fora cassada.

Na curta administração de Dr. Mário (1995 à 1997), são registradas três importantes realizações. Instalou um sistema de dessalinização da água de beber, onde a população menos favorecida de SJC pode tomar água limpa e tratada, reformou a Praça São José, e recuperou o asfalto da rodovia Tangará-SJC . Na zona rural época de seca intensa, furou 42 poços tubulares e conseguiu convênios para agricultura; restaurou quase todos os prédios municipais; manteve as ruas limpas e bem cuidadas; construiu a área de lazer do bairro da Paraíba e um campo de futebol; comprou um canal de televisão pra o município e juntamente com o governo do estado trouxe o programa do leite (SILVA, 2004).

Finalizou a década de 1990 com a administração de Dr. Laércio José de Oliveira, elegendo-se prefeito de SJC pela segunda vez (1997 à 2000). Foi durante essa administração que a cidade em 1998, voltou a ter água encanada proveniente da Lagoa do Bonfim, obra do Governador Garibaldi Alves Filho (1995-1998), que foi de suma importância para a população.

Na área da educação, Dr. Laércio construiu uma pré-escola e ampliou escolas; construiu casas populares; restaurou e ampliou alguns prédios municipais; instalou a junta do serviço militar; fez toda eletrificação do Loteamento Monte Santo; saneou 50% do centro da cidade, com construção de uma estação elevatória e duas lagoas de captação e eletrificou cinco comunidades na zona rural.

A partir de 2000 ao presente momento SJC teve vários administradores, de início continuou a administrar pela terceira vez José Laércio de Oliveira (2001 à 2004), construiu várias casas populares e pavimentou ruas o que dessa forma proporcionou para o surgimento de algumas ruas; construiu o ginásio de esportes Elivam Feitosa Confessor e a quadra de esportes e campo de futebol do bairro da Paraíba; construiu a galeria no centro da cidade; reformou e ampliou escolas no município e na saúde municipal, implantou cinco PSFs, distribuídos pela cidade.

Depois de duas administrações seguidas por um mesmo prefeito, foi eleito pela segunda vez após muitos anos longe da administração João Batista de Oliveira (2005 à 2006). Segundo Eneide Eulimene de Souza, 72 anos (ex- primeira dama, entrevista realizada em setembro de 2011), entre suas obras estão a implantação do Laboratório de Informática Lindaura Andrade; qualidade das estradas da zona rural; reforma de escolas na zona rural e urbana; implantação da associação das costureiras; arborização da praça São José; aquisição de automóveis; construção de consultórios odontológicos e reforma de PSFs.

Após a cassação do Prefeito João Batista de Oliveira pela Câmara Municipal assumiu Geraldo Paiva dos Santos Júnior (2006 à 2008), onde ocupava o cargo de Vice-Prefeito. Na educação o prefeito Geraldo Paiva construiu salas de aulas e montou um laboratório de informática nas escolas; implantou na cidade o centro de especialidades odontológicas (CEO) e o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS); construiu casas populares; poços tubulares na zona rural; reformou a estátua de Frei Damião, obra há 28 anos inacabada, que desde então passou a se tornar um ponto de lazer e de visitas dos fiéis.

Porém a obra de maior destaque foi a urbanização do bairro dos Tanques, bairro com mais de 50 anos que se encontrava em condições intransitáveis, e indignas de se viver, construiu a galeria do bairro até o rio Jacú, e conseguiu pavimentar as ruas adjacentes, onde os prefeitos anteriores alegavam ser impossível devido as irregularidades existentes (Geraldo Paiva dos Santos Júnior, ex- prefeito, entrevista realizada em setembro de 2011).

Após a administração de Geraldo Paiva, Laércio José de Oliveira foi eleito pela quarta vez (janeiro à maio de 2009), porém teve seu mandato cassado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), então assumiu a administração o presidente da câmara José André de Mendonça (maio à agosto de 2009), durante três meses fez a recuperação do mercado publico, ginásio de esportes, e da quadra de esportes do bairro da Paraíba. A obra mais importante foi a reforma e todo saneamento do hospital, que antes era à céu aberto (entrevista realizada em setembro de 2011).

Atualmente administra a cidade José Borges Segundo (2009 à 2012). De início podemos citar a retirada da situação de inadimplência em que a cidade estava devido à irregularidades de administrações passadas; instalação do posto policial e aumento do efetivo policial; recuperação da frota municipal; construção e reformas

de escolas municipais assim como da Biblioteca Municipal como forma de incentivo à educação; implantação do núcleo de apoio à saúde da família (NASF) e reativação do CEO; valorização do artesanato municipal; e implantação do projeto cidade limpa; construção da praça e Academia da Melhor Idade como forma de estimular o exercício físico; finalizou a construção da galeria pluvial e pavimentação de ruas; construiu na zona rural cisternas e perfurou poços tubulares; porém a obra de maior importância foi a reforma do hospital Maternidade (Fotos 17 e 18).



**Fotos 17 e 18: Biblioteca Municipal Padre Geraldo de Almeida e Hospital Maternidade Maria Vicência de Souza Reformados de São José do Campestre-RN.**  
Fonte: [www.seturcampestrern.blogspot.com](http://www.seturcampestrern.blogspot.com)

Após uma análise das obras realizadas na cidade desde a criação de SJC até atualmente, percebe-se o quanto a malha urbana cresceu e continua a se expandir, principalmente nas últimas décadas, onde é notável o crescente surgimento de novos loteamentos nos limites da cidade (Figura 3).



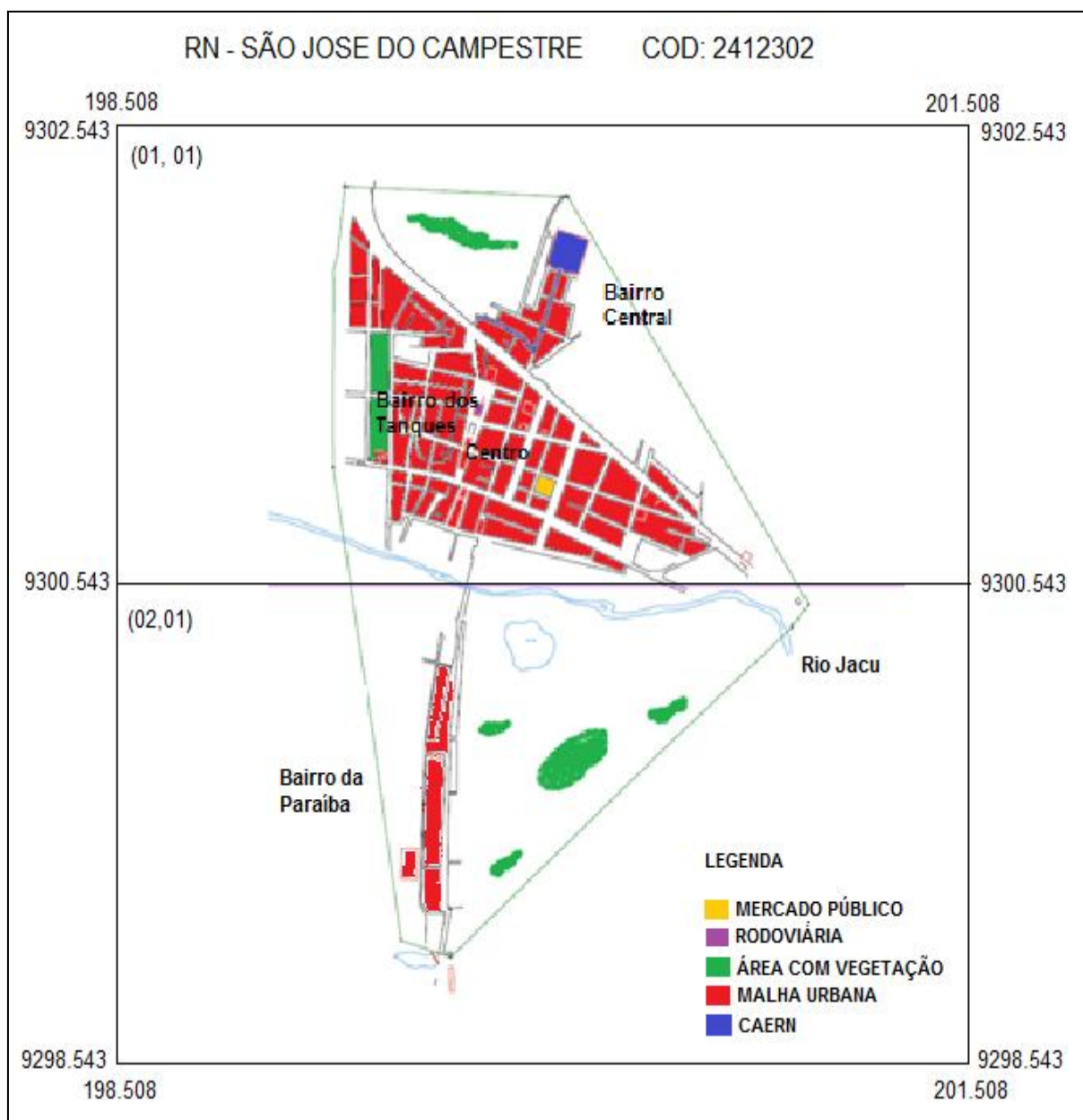


Figura 3: Expansão da malha urbana do município de São José do Campestre – RN em 2011.  
Fonte: adaptado do IBGE (2007).

### 4.3 Processos de Mobilidade Populacional: migrações rurais-urbanas de São José do Campestre

O acelerado processo de urbanização no Brasil, como decorrência de migrações internas, consequentes dos grandes êxodos das áreas rurais para áreas urbanas, é um fenômeno relativamente recente e se articula com um conjunto de mudanças ocorridas na economia, na sociedade e na política brasileira.

Contudo, sabemos que na maioria dos casos os migrantes oriundos das regiões como do nordeste, encontram um mercado de trabalho que requer mão-de-obra qualificada, onde os mesmos deixam a desejar neste quesito, com pouca qualificação ou baixo nível de escolaridade, passando a se aglomerar em áreas afastadas do centro, nas periferias em condições inadequadas à sobrevivência como afirma George (1978).

As cidades que se tornam populosas, devido a esse processo migratório de populações, acaba por formar as zonas periféricas, constituídas pelas pessoas que vêm em busca de benefícios, e quando chegam ficam a mercê da própria sorte, pois o que a cidade busca é a mão-de-obra especializada o que muitos dos que migram não entendem ou não possuem (GEORGE, 1978).

Segundo dados do IBGE (2010), a população de SJC possui 12.356 habitantes sendo 6.150 homens e 6.206 mulheres, com uma população urbana de 10.272 pessoas e 2.084 na área rural. Podemos verificar que a população rural vem decrescendo há décadas visto que no ano de 1950 viviam no campo 11.113 pessoas, no censo 2000 reduziu-se a 2.717 e hoje com 2.084 habitantes, caracterizando o grande esvaziamento do campo.

Ao analisarmos o gráfico populacional nota-se que nos últimos 60 anos a população rural migrou para as cidades circunvizinhas como também para cidades maiores com o objetivo de alcançar uma melhor qualidade de vida. Deparamos também com uma situação em que a variação oscilou pouco, dado o Crescimento Populacional ter sido pequeno, considerado insignificante (Tabelas 1 e 2).

<b>ANOS</b>	<b>TOTAL</b>	<b>URBANA</b>	<b>RURAL</b>
1950	12.837	1.724	11.113
1960	9.582	3.288	6.243
1970	11.738	6.118	5.620
1980	12.240	7.380	4.860
1991	11.826	9.084	2.742
1996	11.974	9.264	2.710
2000	11.982	9.265	2.717
2004	12.068	9.326	2.742
2010	12.356	10.272	2.084

**Tabela 1: População urbana e rural de São José do Campestre-RN 1950 à 2010**

Fonte: IBGE- Censo Demográfico, 2010.

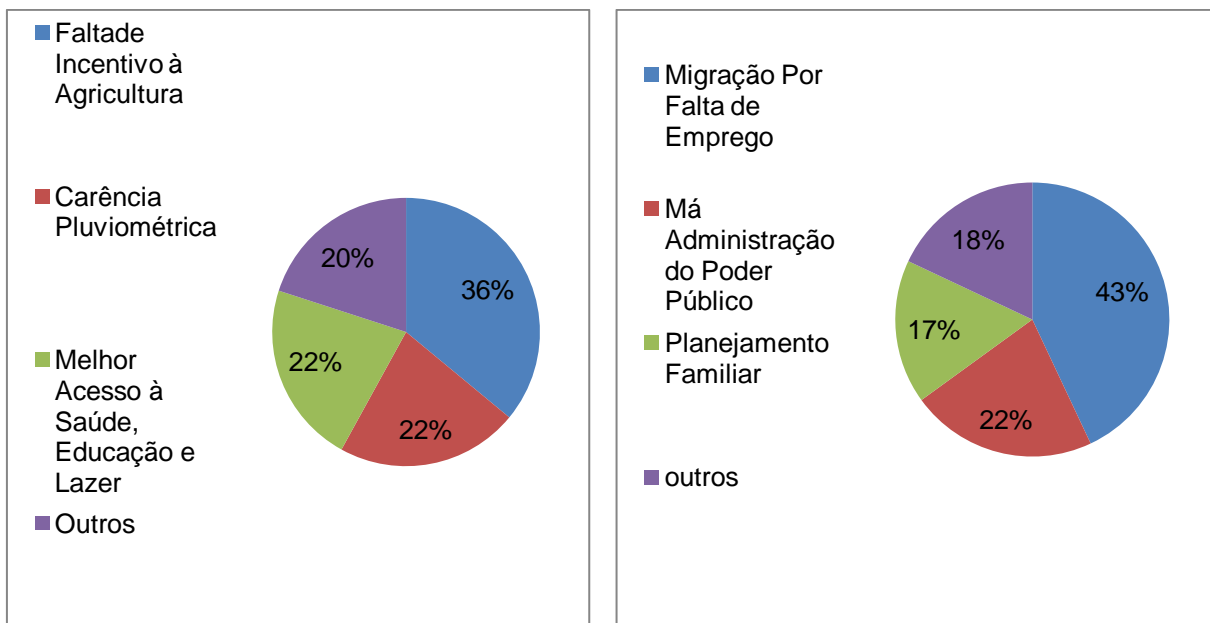
Anos	1950	1960	1970	1980	1991	1996	2000	2004	2010
Hab/Km <sup>2</sup>	37,4	28,17	34,44	36,00	34,66	35,21	35,23	35,39	36,22

**Tabela 2: Densidade Demográfica de São José do Campestre-RN, 1950 à 2010**  
**Fonte: IBGE- Censo Demográfico, 2010.**

SILVA (2003), afirma ser uma das principais causas do êxodo rural no município a peste do bicudo (*Antromus Gradis Bohem*) surgida em 1984, que dizimou quase toda cultura do algodoeiro, juntamente a outros fatores peculiares: desestímulo provocado pelos efeitos climáticos e à convivência com a seca, falta de uma política agrícola capaz de fixar o homem no campo por parte do governo federal, além dos atrativos externos nas grandes metrópoles brasileiras que levam o homem do campo a migrar para as grandes cidades com rápido crescimento urbano e melhoria da qualidade de vida oriunda da oferta de emprego.

Entretanto MATIAS (2004), relaciona a redução dos moradores da zona rural do município de SJC, com a redução das áreas agrícolas e enfoca o fato como um problema enfrentado pelas famílias. Em estudos de campo FERREIRA (2005) cita a opinião dos moradores em relação a quais fatores levaram ao êxodo rural no município, falta de incentivos agrícolas, chuvas e questões sociais foram os principais responsáveis segundo os entrevistados (gráfico1).

Sobre os fatores que ocasionaram o lento crescimento populacional o autor supracitado concluiu que 43% relacionaram as causas com a mobilidade populacional por falta de emprego, 22% culpam a má gestão pública quanto a geração de emprego e renda, 17% dos entrevistados alegaram o planejamento familiar praticado pelos casais, e 18% respondeu que outros fatores ocasionaram o fato abordado (Gráfico 2).



**Gráficos 1 e 2: Quais fatores levaram à diminuição da população da zona rural do município de SJC-RN? O que influenciou o lento crescimento da população em nosso município?**  
 Fonte: FERREIRA (2005).

De acordo com os autores citados e com os dados obtidos constatou-se que os problemas internos da agricultura como efeitos climáticos da seca e falta de incentivo agrícola são os que colaboraram mais significativamente para o deslocamento do campo para as cidades mais desenvolvidas com possibilidades amplas de acesso à infraestrutura básica de saúde, educação e lazer entre tantos outros. Sendo o fator de maior relevância para o lento crescimento populacional a mobilidade da população por falta de emprego.

#### **4.4 Atividades antrópicas oriundas do processo de urbanização e os problemas ambientais em São José do Campestre.**

Com diferença de grau e de intensidade, todas as cidades brasileiras exibem problemáticas parecidas. Seu tamanho tipo de atividade, região em que se inserem etc. são elementos de diferenciação, mas, em todas elas, problemas como os do emprego, da habitação, dos transportes, do lazer, da água, dos esgotos, da educação e saúde são genéricos e revelam enormes carências. Quanto maior a cidade, mais visíveis se tornam essas mazelas. Mas essas chagas estão em toda parte (SANTOS, 2009, p.105).

De acordo com MORAES (2007), os ambientes terrestres têm sido gradativamente alterados pelo ser humano, mas a partir da Revolução Industrial, o homem começou a atuar de maneira mais intensa sobre o meio, fazendo com que as modificações ambientais tomassem proporções alarmantes, tanto em velocidade quanto em dimensão.

É do conhecimento geral que o ambiente urbano, quase sempre, é mais deteriorado nas áreas metropolitanas do que nas centenas de pequenas cidades com menos de 20 mil habitantes. Logicamente, será nas grandes cidades que se verificarão os maiores impactos ambientais e é sobre o ambiente metropolitano que recairão os maiores danos à natureza transformada.

Entretanto as cidades menores também sofrem os impactos causados pela urbanização é o caso de SJC, como visto anteriormente a partir de 1970 a população urbana de SJC superou a população rural, fato que trouxe e ainda traz consequências negativas para a cidade como por exemplo derrubada da vegetação e queimadas para dar lugar aos campos de pastagens, a especulação imobiliária; o uso de agrotóxico nas lavouras, o que contamina os solos, as águas superficiais e subterrâneas; extinção de muitas espécies da fauna e da flora e principalmente a ausência de saneamento básico, na maioria das ruas da cidade, o lixo e esgotos.

Dos problemas ambientais mais agravantes no município está a falta de saneamento básico, praticamente inexistente, onde a cidade não possui rede de esgoto adequado apenas em uma pequena parcela do centro e onde quase todas as galerias e redes de esgotos são abertos e recebem os resíduos domésticos que vão diretamente para artéria fluvial da cidade, o rio Jacú, quase que totalmente descaracterizado das suas condições originais bastante poluído e assoreado, sendo alvo de maior agressão ambiental pela população (Fotos 19 e 20).



**Fotos 19 e 20: Galeria do bairro dos Tanques, que recebe resíduos das residências e deságua no rio Jacu em São José do Campestre-RN.**

**Fonte: Arquivo da autora (2011).**

De acordo com Francisco Cardoso de Lima Sobrinho, 51 anos (Secretário de Obras e Urbanismo), o lixo é coletado de duas a três vezes por bairro, o destino final dos resíduos sólidos atualmente é colocado à cerca de três km da cidade, onde é feito uma coleta de reciclagem por pessoas já cadastradas, e após o lixo é despejado em um aterro sanitário a cada três meses. Entretanto percebe-se que mesmo sendo aterrado, o lixo permanece a céu aberto por um período de três meses transformando o meio ambiente e acarretando consequências gravíssimas.

Nota-se que mesmo havendo um projeto de limpeza urbana é notável a presença de lixo nas ruas mais afastadas do centro, sem rede de esgotos, nos bairros mais periféricos principalmente em galerias de esgotos a céu aberto. Segundo informações colhidas de alguns moradores, o serviço de coleta de lixo não passa em algumas ruas que ficam em áreas intransitáveis, conseqüentemente muitos moradores fazem uma espécie de pequeno lixão de frente as casas e queimam o que pode acarretar vários danos à saúde.

#### **4.5 O planejamento urbano como sugestão para o desenvolvimento social, econômico e ambiental de São José do Campestre**

Santos (1998), afirma ser o desmatamento, um processo que ocorre no mundo, resultado do crescimento das atividades produtivas e econômicas e principalmente pelo aumento da densidade demográfica em escala mundial.

De acordo com o IBGE, apenas 17% dos municípios brasileiros possuem plano diretor e menos de 10% possuem infraestrutura suficiente e pessoal habilitado para fiscalizar danos ao meio ambiente. E entre as cidades com Conselhos de Meio Ambiente, somente 27% têm legislação ambiental. Na cidade de SJC não existe uma lei ambiental, por isso queima-se, arranca-se, desmata-se sem fiscalização e menor preservação ao meio ambiente.

Um plano diretor mostra a cidade como ela é atualmente e como ela deveria ser no futuro. [...] mostra como terreno da cidade deve ser utilizado e se a infraestrutura pública de uma cidade como educação (escolas e bibliotecas), vias públicas (ruas e vias expressas), policiamento e de cobertura contra incêndio, bem como saneamento de água e esgoto, e transporte público, deve ser expandida, melhorada ou criada (ECIVIL, 2008, p.4)

Desde a ocupação portuguesa, o Brasil enfrenta queima de vegetação original e desmatamentos com o intuito de aumentar as áreas de cultivo e pastagens, bem como facilitar a ocupação humana e, conseqüentemente, a especulação imobiliária. (FERNANDES, 2005).

A probabilidade de um município declarar uma área como de expansão urbana e assim prejudicar o meio ambiente não é pequena. Um fator que contribui para aumentar o risco de desmatamento é o pequeno número de municípios com entidades de fiscalização ambiental.

No que diz respeito ao meio ambiente, a natureza na cidade passa por um processo acentuado de desmonte e degradação, população constrói em áreas de risco acentuando os problemas ambientais urbanos, rios são sufocados, erradicam-se as áreas verdes das cidades, utilizam-se indiscriminadamente o solo urbano, sem o mínimo respeito à legislação ambiental, provocando danos irreversíveis ao padrão de qualidade de vida (CARLOS; LEMOS, 2005).

Em SJC, percebe-se a falta de planejamento público, ou o reflexo na sua estrutura urbana pela falta de um plano diretor, nota-se claramente o aumento da malha urbana recente, em áreas de risco, desmatamento e construções nas imediações do rio Jacú, em áreas de alagamento, visto que durante o período de cheias essas construções ficam comprometidas, vulneráveis ao desmoronamento como mostra as fotos seguir (Fotos 21 e 22).



**Fotos 21 e 22: Loteamento Dois Mil, crescimento irregular nas imediações do rio Jacu de SJC-RN.**

**Fonte: arquivo da autora (2011).**

Como visto no capítulo anterior, SJC não possui sistema de esgotos adequado, sendo saneada apenas uma pequena porção do centro da cidade o que pode acarretar sérios problemas tanto ao meio ambiente quanto à saúde das pessoas, também é fato a cidade não possuir coleta seletiva do lixo.

Atualmente a Secretaria de Turismo e Meio Ambiente lançou o projeto “cidade limpa” que tem como objetivo alcançar meios para viabilizar a qualidade de vida através de ações de mobilização, sensibilização e divulgação de métodos que favoreçam a limpeza urbana, manutenção e ampliação da arborização e preservação do meio ambiente.

Das ações realizadas pelo projeto está a campanha de arrecadação de pilhas e baterias, de acordo como a Secretaria de Turismo o próximo projeto será a de coleta seletiva do lixo na cidade. Porém nota-se que na parte mais periféricas da cidade continua a ocorrer o acúmulo de lixo, o que mostra a falta de conscientização por parte dos moradores. Neste sentido, o trabalho de sensibilização é bastante importante, pois só a consciência humana será capaz de preservar o meio ambiente e, conseqüentemente, a própria humanidade.



Para que para um projeto de gestão seja bem sucedido é fundamental o conhecimento das condições de vida da população e do meio físico, pensar de forma integrada os problemas setoriais da cidade na perspectiva de conhecê-la e interpretá-la na sua totalidade.

De nada adianta um plano diretor tratar de dezenas de aspectos e não ter capacidade de intervir sobre eles, portanto é importante trabalhar, desde a leitura da cidade com perspectiva estratégica: definir as questões cruciais que precisam ser enfrentadas, os temas relevantes para o futuro da cidade e para reorganização territorial do município (PINHEIRO, 2010).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da pesquisa feita a cerca do processo que desencadeou o surgimento do espaço urbano de São José do Campestre, constatou-se que a integração dos indicadores demográficos mostra que num período de mais sessenta anos a população total pouco se alterou, contudo esses números sofrem mudanças preocupantes nos quesito urbano e rural, onde sua inversão ocorreu da mesma forma que em outros municípios nordestinos brasileiros.

Não havendo nenhuma preparação para que a cidade suportasse a entrada de todo esse contingente rural, ficou visível a falta de infraestrutura básica urbana e o despreparo socioeconômico do município. Verifica-se que houve uma significativa saída da população rural para a cidade devido principalmente as condições climáticas decorrentes da seca, e a falta de políticas de incentivo agrícola, que fixe o homem no campo.

Em relação ao lento crescimento da população deve-se aos fatores socioeconômicos, onde se encontra inexistente uma fonte de renda e emprego no município que atenda à demanda populacional, o que vem a ocasionar a constante saída da população para outras cidades mais desenvolvidas assim como também para a capital do estado Natal. A falta de um planejamento urbano também é um fator preocupante na cidade onde a sua inexistência é percebida na devastação de áreas verdes, construções irregulares em áreas próximas ao rio Jacú, a falta de saneamento básico adequado, em galerias a céu aberto e lixo jogado nessas galerias pela população.

Diante dos problemas encontrados se faz necessário sugerir meios que possam viabilizar um melhor desenvolvimento do município, como por exemplo:

- Política de valorização da agricultura, e com isso ampliar as alternativas de geração de renda no campo, explorando de forma sustentável o solo e cultivo da agricultura, que venham a fixar o homem no campo;
- Um planejamento urbano que delimite o crescimento urbano de forma sustentável, em áreas legais;
- Pavimentar os antigos bairros e os novos loteamentos que constantemente vão surgindo.

- Implantação de saneamento básico adequado que atenda toda a população, e dessa forma retirar os esgotos das ruas, na busca de uma melhor qualidade de vida;
- implantação de um projeto de despoluição do rio Jacu.
- Coleta de lixo seletiva em toda a cidade inclusive em áreas de difícil acesso na busca de evitar o acúmulo e queima desse lixo.
- Por em prática e investir mais profundamente nos projetos que se inicia na cidade como campanhas e palestras de conscientização e educação ambiental em escolas e em toda sociedade.
- Penalizar os que descumprirem normas de preservação ambiental, como o despejo de lixo em locais desapropriado e construções em nascentes de rios.
- Atuar junto ao setor empresarial do estado para implantação de micro e pequenas empresas no município, explorar o mercado público que deveria ser usado como um grande centro de comércio, no qual propiciaria o desenvolvimento da economia local, projeto que alguns políticos almejam, mas que nunca colocado em prática, sugestões que poderiam controlar a mobilidade por falta de emprego.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, T.M.; CHAUZEIRO, E.F. **Metamorfose urbana: a conurbação Goiânia-Goianira e suas implicações sócio - espaciais**. Rev. Geogr. Acadêmica, v.1, nº1 (xii. 2007/95-107).
- BUENO, Edir de Paiva. **Algumas considerações do processo histórico da urbanização e da segregação sócio-espacial**. Espaço em Revista, Geografia/UFG – Catalão – GO, V.3, (1) P. 47-51, 2000.
- CARLOS, A. F.A. **Espaço e Indústria**. São Paulo: Contexto, 1996.
- CARLOS, A.F.A.; LEMOS, A.I.G. **Dilemas Urbanos: novas abordagens sobre a cidade**. São Paulo: Contexto, 2005.
- CASTELLS, M. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 590 p.
- CASTRIOTA, L.B. **Urbanização Brasileira: Redescobertas**. Belo Horizonte: C/Artes, 2003. 304 p.
- CLARK, D. **Introdução à Geografia Urbana**. São Paulo: DIFIEL, 1985.
- CORRÊA, R. L. **Trajetórias geográficas**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: BERTRAND BRASIL, 2005.
- ECIVIL. **Planejamento Urbano**. Disponível em <http://www.ecivilnet.com/artigos/pdf/planejamentnourbani.htm>. Acesso em 05/10/2011.
- FARIAS, S.F. de. **Urbanização e dinâmica do espaço intra-urbano de Jacaraú-PB**. Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Geografia e Território: planejamento urbano, rural e ambiental da UEPB. Guarabira-PB, 2008.
- FERNANDES, A. **Estatuto da cidade: cidade de todos “nós”, cidade de muitos “nós”**. Revista Caminhos de Geografia, Uberlândia, v.7, n.16, p. 72-82, out. 2005.
- FERREIRA, L. **Principais Indicadores Demográficos do Município de São José do Campestre-RN**. Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Plena em Geografia, UEPB. Guarabira-PB, 2005.
- GEORGE, P. **Geografia Econômica**. São Paulo: Difel, 1978.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2000-2010**.
- MATIAS, C.J. **Efeitos Socioeconômicos e Ambientais Causados Pelo Declínio da Cultura Algodoeira em SJC- RN**. Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Plena em Geografia, UEPB. Guarabira-PB, 2004.

Ministério da Defesa, Exército Brasileiro, CMNE-7ª RM/7ª DE; 11ª DEL/SM-24ª CSM; 123ª Junta de Serviço Militar. **Geo-História do Município de São José do Campestre- RN**. São José do Campestre-RN, maio, 2003.

MORAES, P.R. **As Áreas Tropicais Úmidas e as Febres Hemorrágicas Virais – Uma Abordagem Geográfica na Área Ambiental e na de Saúde**. USP Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Geografia. Programa de Pós-Graduação e Geografia Física. São Paulo, 2007.  
Disponível em: <http://www.teses.usp.br/>  
Acessado em: 27/10/20011

ONU. **Relatório sobre o desenvolvimento humano**, 2001.

PINHEIRO, O. M. **Plano diretor e gestão urbana**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/ UFSC; Brasília: CAPES: UAB, 2010.

ROSS, J. **Geografia do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005. 5ª Ed. ISBN 85-314-0242-5

SANTOS, M. **A urbanização desigual**. Rio de Janeiro: Vozes, 1982.

SANTOS, M. **A urbanização Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, R. S. **A expansão urbana de Maracanaú: uma análise cartográfica – 1970 a 1998**. Dissertação (Mestrado em Geografia), UECE, Fortaleza, 1998.

SANTOS, M. **A urbanização Brasileira**. São Paulo: Edusp, 2009. 174 p.

SILVA, J. A. da. **Êxodo rural no município de São José do Campestre-RN**. Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Plena em Geografia, UEPB. Guarabira-PB, 2003.

SILVA, C.D. da. **O crescimento urbano no município de Araçagi/PB – no período de 1960 a 2000**. Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Plena em Geografia, UEPB. Guarabira-PB, 2005.

SILVA, F. de A. **Um peregrino**. São José do Campestre-RN. Jornal de Natal, 2004.

SILVA, J. C. da. **O fenômeno da urbanização em Itapororoca-PB**. Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Plena em Geografia, UEPB, Guarabira-PB, 2009.

SOUZA, I. de. **São José do Campestre: 100 anos as margens do rio jacú**. Natal, Nordeste Editora Gráfica, 1998. 105 p.

SPÓSITO, M.E.B. **Capitalismo e Urbanização**. São Paulo: Contexto, 1991.

SPÓSITO, E.S. **A vida nas cidades**. São Paulo: Contexto, 2004.

**Apêndice : Questionário aplicado aos ex- políticos**

Data da entrevista:

Nome do entrevistado:

Local do nascimento:

Local da moradia atual:

Nível de escolaridade:

Profissão:

Função em que trabalhou período:

Há quantos anos reside na cidade?

1. Quais as obras realizadas na cidade durante sua administração?
2. Quais as mudanças ocorridas no crescimento e urbanização da cidade ao longo dos anos, o que você percebeu?
3. Na sua opinião, quais os motivos dessa transformação?
4. O que você acha que deveria ou poderia ser feito pelo poder público municipal, para melhorar a cidade no sentido da urbanização?



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

## CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE CAMPESTRE

Cópia Autêntica de Termo de Compromisso e Pesse de Sr. LINDOLFO DAMIÃO DE SOUZA, na carga de Prefeito de Município de São José de Campestre-RN., em 31 de março de ano de 1953, até o dia 31 / de março de ano de 1958. Consta das folhas 03 e 04 de livre nº 01/53, destinada a compromissos e pesses de Prefeito de Município de São José de Campestre.

Às trinta e um dias do mês de março de ano de mil novecentos e cinquenta e três ( 1953 ), nesta cidade de São José de Campestre, Estado de Rio Grande do Norte no Edifício onde / funciona a Câmara Municipal, em sua sala de sessões, presente o Sr. Antonio Batista Confessor, Vereador Presidente da Câmara, e demais Vereadores que este subscrevem comigo, Secretarie, ai / compareceram os cidadãos LINDOLFO DAMIÃO DE SOUZA, Prefeito deste município, eleito pela Legenda de Partido Social Democrático, aos quais depois de apresentadas os respectivos Diplomas, expedido pelo Juize Eleitoral da 10ª Zona de Estado, e Sr. Presidente deferiu os compromissos regimentais, em seguida convidou o Prefeito LINDOLFO DAMIÃO DE SOUZA a prestar a seguinte declaração: " Prometo, exercer com lealdade e dedicação as funções de meu cargo, puginando pelo interesse publico e geralidade administrativa". Seguidamente todos de pé e Vice-Prefeito José Matias de Araújo, declarou assim e promete. Prestados de pé e referida juramento, e Sr. Presidente declarou as senheras Lindelze Damião de Souza e José Matias de Araújo, empossados nos cargos de Prefeito e Vice Prefeito deste município. Para cástar, laveuse e presente termo especial, que subscreve e vai assinada pelo Sr. Presidente, pelas compromissados, que hera se empossam pelos vereadores e demais / pesses presentes. Eu José Peregrino de Souza, secretarie da mesa e escreva. Antonio Batista Confessor- Vereador Presidente, Lindelze Damião de Souza - Prefeito Empossado, José Matias de Araújo - Vice Prefeito empossado, Pedro Telentine de Medeiros - Vereador, Irineu Otavio Pinheiro - Vereador, Otacilze Otavio de Oliveira - Vereador, João Dominges de Lima - Vereador, Melquiades Ferreira da Rocha- Vereador, Manoel Valeriano Sobrinho - Vereador, Antonio Elias Néte - Vereador, José Peregrino de Souza - Vereador.

Câmara Municipal de São José de Campestre, 20 de maio de 1980.

*Maria Onvide de Andrade Barbalho*  
 MARIA ONVIDE DE ANDRADE BARBALHO  
 Secretária da Câmara Municipal

VISTO:

*Jose Elias Néte*  
 Presidente